



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO-AGB DOCE), ENTIDADE EQUIPARADA ÀS FUNÇÕES DE AGÊNCIA
DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2015

CONTRATO DE GESTÃO 001/IGAM/2011

FEVEREIRO DE 2016



INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM

**INSTITUTO BIOATLÂNTICA (IBIO - AGB DOCE), ENTIDADE EQUIPARADA DE FUNÇÕES DE
AGÊNCIA DE ÁGUA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CARATINGA**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO
Nº 001/IGAM/2011 DO EXERCÍCIO DE 2013
UGRH05 - CARATINGA**

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos Órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada atendendo exigência contida na Letra R, Inciso I, da Cláusula Terceira do Contrato de Gestão 001/2011, celebrado entre o IGAM e o IBIO – AGB Doce.

Governador Valadares - MG, Fevereiro de 2016.



SUMÁRIO

SUMÁRIO	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE SIGLAS	8
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	8
1.1. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	10
1.2. A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA	13
1.3. PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS – PIRH DOCE.....	15
1.4. PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - PARH.....	18
1.5. CONTRATOS DE GESTÃO	19
1.6. PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP DOCE	21
2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO	25
2.1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	25
2.2. IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO	26
2.3. DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS PACTUADOS NO CONTRATO DE GESTÃO	27
2.4. GLOSSÁRIOS SOBRE OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	28
2.5. COMPROMETIMENTO DE METAS	31
3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	34
3.1. META 1A - CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CBH-CARATINGA.....	34
4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO	38
4.1. META 2A.1 – RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS.....	38
4.2. META 2A.2 – RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	38
4.3. META 2B – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PARH	38
5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS.....	40
5.1. META 3A - ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ANUAL REPASSADO	40
5.2. META 3B – ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ACUMULADO REPASSADO.....	41
5.3. META 3D – APLICAÇÃO DE PESQUISA QUADRIENAL	42
6. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA.....	44
6.1. META 4A – ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	44
6.2. META 4B – ATUALIZAÇÃO DO CNARH COM A INSERÇÃO DAS NOVAS PORTARIAS DE OUTORGA DA UGRH	47
7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL	50
7.1. META 5A – RECONHECIMENTO SOCIAL	50



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

8. ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA/MG	51
8.1. PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA RECUPERAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE.....	58
8.2. PROGRAMAS DO PIRH/PARH PARA RECUPERAÇÃO DA BACIA DO RIO DOCE	59
8.3. PLANO DE DISPONIBILIDADE DE ÁGUA - PDA DOCE	63
8.4. AÇÕES ESPECÍFICAS VOLTADAS À MITIGAÇÃO DO DESASTRE DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DA SAMARCO EM MARIANA.....	65
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
ANEXOS.....	72
ANEXO I RELATÓRIO ANUAL DE MAPEAMENTO DE FONTES DE RECURSOS DISPONÍVEIS	73
ANEXO II RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES EXECUTADAS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CARATINGA	74
ANEXO III RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NO PIRH/PARH.....	75
ANEXO IV RESULTADO DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS SOBRE RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO – AGB DOCE NO ANO DE 2015	76
ANEXO V QUESTIONÁRIO APLICADO PARA RECONHECIMENTO SOCIAL DO IBIO – AGB DOCE	77
ANEXO VI QUESTIONÁRIO APLICADO AOS USUÁRIOS EM COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE	78
ANEXO VII RELATÓRIO COM A TABULAÇÃO DOS DADOS COLETADOS REPRESENTANDO TODAS AS FAIXAS DE VALORES PAGOS..	79
ANEXO VIII RELATÓRIO CONCLUSIVO COM ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS ESTATÍSTICOS E REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS DE CADA VARIÁVEL EM ESTUDO	80



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce.	9
Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce	11
Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga	13
Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Doce.....	45
Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO – AGB Doce.....	45
Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Caratinga.	46
Figura 8 – Reunião da CTGEC em novembro de 2015.....	52
Figura 9 – Doação do América Esporte Clube em Belo Horizonte	52
Figura 10 – Visita a Regência-ES.....	53
Figura 11 - 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce	53
Figura 12 - reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG	54
Figura 13 – Missão Mariana dia 01	55
Figura 14 - Missão Mariana dia 01	55
Figura 15 - Missão Mariana dia 02	56
Figura 16 - Missão Mariana dia 03	56
Figura 17 - Força Tarefa de Minas Gerais.....	57
Figura 18 - Programas do PIRH priorizados.....	59
Figura 19 - Mapa de Vulnerabilidade	64
Figura 20 - Esquema de sistema integrado de produção de água	70



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce	13
Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos	19
Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água.....	20
Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP.....	22
Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP.....	22
Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA	23
Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM	24
Tabela 8 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação.....	27
Tabela 9- Descrição dos critérios de avaliação	28
Tabela 10 – Pesos e metas do Indicador 1	31
Tabela 11 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1	31
Tabela 12 – Pesos e Metas do Indicador 2.....	31
Tabela 13 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2	32
Tabela 14 - Pesos e Metas do Indicador 3	32
Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3	32
Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 3	33
Tabela 17 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4.....	33
Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 5	33
Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5	33
Tabela 20 – Índice de Desembolso para o exercício de 2015	40
Tabela 21 – Índice de Desempenho para o exercício de 2015	40
Tabela 22 – Índice de Desembolso Acumulado	41
Tabela 23 – Índice de Desembolso Acumulado	41
Tabela 24 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2015 inseridas no CNARH.	48
Tabela 25 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2015 que não puderam ser inseridas no CNARH	48



LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
CAGC	Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão e Termos de Parceria
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CERH	Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNARH	Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
D.O.E.M.G	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais
D.O.U	Diário Oficial da União
EFVM	Estrada Ferroviária Vitória a Minas
ES	Espírito Santo
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
GECOB	Gerência de Cobrança pelo Uso da Água
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente do Espírito Santo
IGAM	Instituto de Gestão das Águas
MG	Minas Gerais
PAP	Plano de Aplicação Plurianual
PARH	Plano de Ação de Recursos Hídricos
PIRH	Plano Integrado de Recursos Hídricos
PPU	Preço Público Unitário
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
TCU	Tribunal de Contas da União
UGRH	Unidade de Gestão de Recursos Hídricos

Bacia Hidrográfica do Rio Doce





1. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Instituto BioAtlântica (IBIO- AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, de acordo com os termos descritos no Contrato de Gestão nº 001/IGAM/2011 apresenta o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2015 referente ao CBH-Caratinga.

O Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) é uma associação civil sem fins lucrativos, classificada como pessoa jurídica de direito privado, composto por pessoas jurídicas e físicas. O Instituto tem como finalidade promover a conservação ambiental e a gestão sustentável de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem estar humano. Para cumprir este propósito, o Instituto aplicará os recursos recebidos, inclusive recursos físicos, humanos e financeiros, em projetos, programas ou planos de ações definidos pelo doador, inclusive em apoio a outras organizações sem fins lucrativos ou órgãos do setor público que atuem em áreas afins, promovendo especialmente as seguintes atividades:

- a) Contribuir para a conservação e recuperação ambiental.
- b) Contribuir para o desenvolvimento equilibrado dos aspectos ambiental, social, cultural e econômico de territórios.
- c) Promover pesquisas sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais.
- d) Estimular o estabelecimento de redes de instituições de pesquisa e aplicação nas áreas citadas no inciso c).
- e) Promover a disseminação de conhecimento técnico-científico sobre as áreas citadas no inciso c).
- f) Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos incisos acima.
- g) Exercer, através do Comitê Gestor de Águas, as atribuições a serem previamente determinadas pelos, e acordadas com os, Órgãos Gestores para a bacia hidrográfica do rio Doce.

O Instituto BioAtlântica trabalha para melhorar a qualidade ambiental e promover a gestão integrada de recursos territoriais como forma de gerar desenvolvimento econômico, equidade social e bem estar humano. Enxergamos no futuro territórios organizados, onde os recursos naturais sejam utilizados de forma racional e sensata por uma sociedade com pleno conhecimento de sua

participação na sustentabilidade desse sistema. Fundado em 19 de fevereiro de 2002, é composto por:

Assembleia Geral - Órgão soberano do IBIO - AGB Doce, podendo ser ordinária ou extraordinária.

Conselho Fiscal - Órgão fiscalizador e auxiliar da Assembleia Geral, do Conselho Consultivo e da Diretoria Executiva do IBIO - AGB Doce.

Conselho Consultivo – Órgão formado principalmente por representantes das empresas doadoras de recursos que forem admitidas como Associadas ou de Associados Fundadores ou outros, a critério dos Associados Fundadores, que tem por objetivo servir de instrumento de controle externo de suas atividades.

Diretor Presidente – Cria e implementa o macro planejamento do IBIO, observando as recomendações feitas pelo Conselho Consultivo, pelo Conselho Fiscal e pela Assembleia Geral.

Diretoria Executiva - Órgão executor das ações do IBIO - AGB Doce.

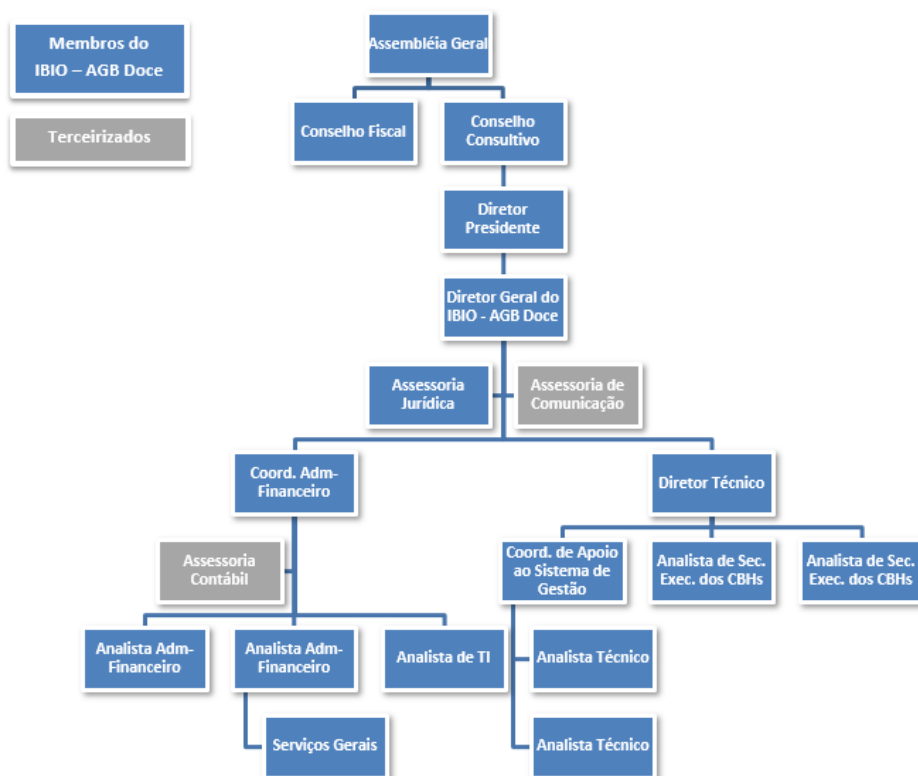


Figura 1 - Organograma Geral do IBIO - AGB Doce¹.

¹ A equipe apresentada no quadro de funcionários do IBIO – AGB Doce contempla funcionários contratados para atender a ambos os Contratos de Gestão celebrados com a ANA e com o IGAM

1.1. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce

A bacia do rio Doce situa-se na região Sudeste, entre os paralelos 17°45' e 21°15' S e os meridianos 39°30' e 43°45' W, integrando a região hidrográfica do Atlântico Sudeste. Esta bacia, com uma área de drenagem de aproximadamente 86.854 km², dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante ao Espírito Santo, abrange um total de 228 municípios. As nascentes do rio Doce situam-se no Estado de Minas Gerais, nas serras da Mantiqueira e do Espinhaço, sendo que suas águas percorrem cerca de 850 km, até atingir o oceano Atlântico, junto ao povoado de Regência, no Estado do Espírito Santo (Figura 2 e Figura 3). Existem dois rios de dominialidade federal na bacia do rio Doce: o rio Doce e o rio José Pedro, afluente do rio Manhuaçu.

A bacia limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, a sudoeste com a bacia do rio Grande, a oeste com a bacia do rio São Francisco, ao norte e noroeste com a bacia do rio Jequitinhonha, e bacias do litoral sul do Espírito Santo e a nordeste com as bacias do litoral norte do Espírito Santo. Os principais afluentes do rio Doce pela margem esquerda são os rios do Carmo, Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande e Suaçuí Grande, em Minas Gerais; São José e Pancas no Espírito Santo. Já pela margem direita são os rios Casca, Matipó, Caratinga/Cuieté e Manhuaçu em Minas Gerais; Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce no Espírito Santo.

No estado de Minas Gerais a bacia do rio Doce é dividida em seis Unidades de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UGRHs), com Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH01 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piranga;
- UGRH02 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba;
- UGRH03 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santo Antônio;
- UGRH04 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Suaçuí;
- UGRH05 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Caratinga; e
- UGRH06 – Comitê de Bacia Hidrográfica Águas do rio Manhuaçu.

No Estado do Espírito Santo, embora inexistam subdivisões administrativas da bacia do rio Doce, têm-se os Comitês de Bacia já estruturados, conforme descrito abaixo:

- UGRH07 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Guandu
- UGRH08 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria do Doce
- UGRH09 – Comitê de Bacia Hidrográfica do rio São José.

A atividade econômica da bacia do rio Doce é bastante diversificada, destacando-se: a agropecuária (reflorestamento, lavouras tradicionais, cultura de café, cana-de-açúcar, criação de gado leiteiro e de corte e na suinocultura.); a agroindústria (sucroalcooleira); a mineração (ferro, ouro, bauxita, manganês, pedras preciosas e outros); a indústria (celulose, siderurgia e laticínios); o comércio e serviços de apoio aos complexos industriais; e a geração de energia elétrica.



Figura 2 – Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Figura 3 – Bacia Hidrográfica do Rio Doce



Na região encontra-se instalado o maior complexo siderúrgico da América Latina, com destaque para a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, a ACESITA e a USIMINAS. Ao lado da siderurgia estão associadas empresas de mineração, com destaque para a Vale e empresas reflorestadoras, que cultivam o eucalipto para fornecer matéria-prima para as indústrias de celulose. Todo esse complexo industrial é responsável por grande parte das exportações brasileiras de minério de ferro, aço e celulose, sendo, portanto, de grande importância para a região onde estão instaladas.

Apesar de ser notável a geração de capital na bacia em função da existência desse complexo siderúrgico, também se verifica a desigualdade no interior da bacia. O maior desenvolvimento das atividades econômicas aconteceu somente em algumas de suas áreas, como o Vale do Aço e na região de influência dos municípios de Governador Valadares, Caratinga, Colatina e Linhares. Os indicadores sociais e econômicos de uma parte significativa dos municípios da bacia mostram que quase uma centena deles são classificados como municípios pobres.

As principais rodovias que dão acesso e passam pela bacia do rio Doce são: a BR 381 que segue na direção sudoeste – nordeste passando por Belo Horizonte e depois importantes cidades da bacia como Ipatinga e Governador Valadares; a BR 116, importante rodovia brasileira que cruza a região do Médio Doce na direção de sul para norte, passando por Caratinga e Governador Valadares; a BR 262 que segue na direção leste – oeste atravessa Belo Horizonte, passa entre João Monlevade e Rio Piracicaba, cruza com a BR 116 nas proximidades de Manhuaçu e depois entra no Espírito Santo, já fora da bacia do Rio Doce; a BR 101, que serve a parte capixaba da bacia, atravessa a região do Baixo Doce de sul para norte passando por Linhares.

Além das rodovias, existe a Estrada Ferroviária Vitória a Minas (EFVM) que liga Belo Horizonte a Vitória, numa extensão de 898 km passando pelo Vale do Aço, sendo incorporada pela Vale em 1940. Esta ferrovia faz o transporte de passageiros e mercadorias (minério de ferro, carvão mineral, calcário, ferro, aço, produtos agrícolas, etc.). É considerada a ferrovia mais rentável do País e uma das poucas ferrovias que ainda faz o transporte de passageiros.

A bacia tem uma população superior a 3,5 milhões de habitantes. O Vale do Aço tem o maior adensamento populacional da bacia e constata-se a existência de um fluxo migratório que se direciona, sobretudo, para as maiores cidades, como Ipatinga e Governador Valadares. Em decorrência, há uma tendência de diminuição populacional nos municípios com população de até 20.000 habitantes, que representam mais de 85% dos municípios da bacia do rio Doce.

A população urbana representa mais de 70% da população total. Entretanto, os mesmos dados mostram que mais de 100 municípios possuem população rural maior que a urbana, evidenciando que a população rural ainda é significativa, absorvidos pela exploração agropecuária. No Médio Doce, essas atividades constituem o principal gerador de renda, emprego e ocupação de mão-de-obra em municípios de menor porte, principalmente onde a população rural predomina. A Tabela 1 sumariza as características gerais da bacia do rio Doce.

Tabela 1 – Características gerais da bacia do rio Doce

Características Gerais da Bacia do Rio Doce	
Área da bacia	86.854 km ²
Extensão do curso principal	Aprox. 879 km
Nº de municípios	228
População na bacia	3.430.673
Principais atividades econômicas	Mineração; Siderurgia; Silvicultura e Agropecuária
Principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos	Contaminação por esgotos domésticos; erosão e assoreamento

1.2. A Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

A UGRHO5 - Caratinga insere-se totalmente no Estado de Minas Gerais, envolvendo uma área de 6.677,62 km², conforme Figura 4. É composta pela bacia do rio Caratinga e por uma área incremental a jusante da foz deste rio, cuja drenagem se dá diretamente para o rio Doce.

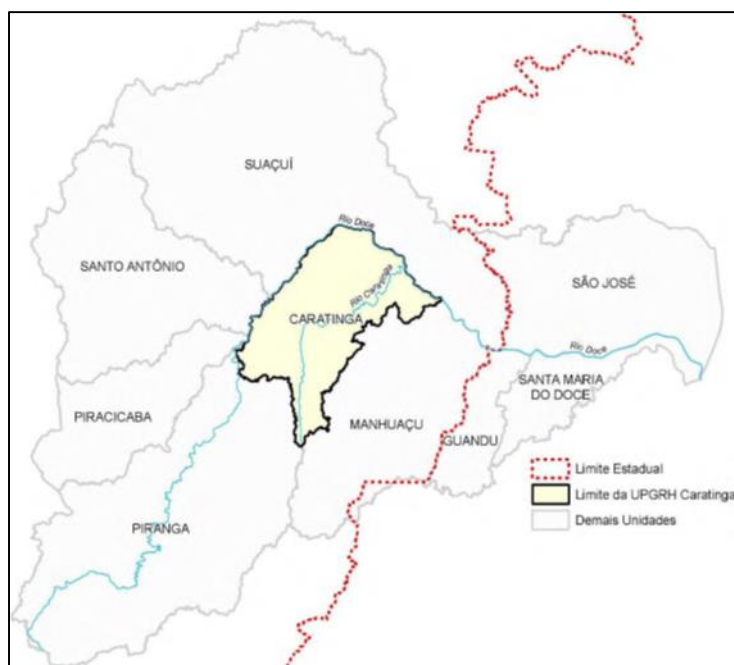


Figura 4 - Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga



A bacia insere totalmente em território de Minas Gerais. Os municípios da bacia pertencem às mesorregiões Zona da Mata e Vale do Rio Doce e, com maior relevância, às microrregiões Caratinga e Governador Valadares, de acordo com a divisão do IBGE. A principal rodovia federal que secciona a unidade é a BR-116, que atravessa inúmeras sedes municipais da UGRH, desde Santa Bárbara do Leste (ao sul da unidade) até Alpercata (ao norte da unidade). O município mais representativo em termos populacionais é Caratinga. No entanto há que se considerar também a mancha urbana de Governador Valadares, que apresenta situação peculiar em relação à sua sede municipal. O rio Doce secciona sua mancha urbana, e com isso, parte do seu território permanece na UGRHO4 - Suaçuí e parte insere-se na UGRHO5 - Caratinga. Porém, em razão desta área ser ocupada por áreas incrementais da UGRHO5 - Caratinga, a abordagem deste município, no que tange à aplicação de recursos para desenvolvimento de programas do PIRH Doce será sempre realizada na UGRHO4 - Suaçuí. A região conta, por isso, com o aeroporto de Governador Valadares como um de seus acessos importantes. Além disto, há a ferrovia Belo Horizonte Vitória que passa pela UGRH junto ao rio Doce.

O principal rio desta região é o Caratinga, afluente da margem direita do rio Doce. Tem suas nascentes no município de Santa Bárbara do Leste, estende-se por cerca de 222 km passando pelas cidades de Santa Rita de Minas, Ubaporanga, Inhapim e Dom Cavati. Deságua no rio Doce, junto à divisa dos municípios de Tumiritinga e Conselheiro Pena. Tem como principal afluente pela margem direita o rio Preto, e os ribeirões Alegre e Queiroga pela margem esquerda. Na bacia incremental, os principais rios e córregos que drenam para o Doce a montante da confluência com o Caratinga são: Ribeirão do Boi, Brejão, Córrego Beija-Flor, rio Branco, ribeirão do Bugre, ribeirão Santo Estevão, ribeirão do Café, Córrego Perdidinha Córrego Perdida, Traíra, entre outros menos representativos. Já na porção a jusante da confluência do Caratinga com o Doce, esta bacia incremental conta com os seguintes rios e córregos: córrego da Virgulina, córrego Sapucaia, ribeirão Itatiaia, córrego da Lapa, Córrego Rochedo do João Pinto Córrego Taquaraçu entre outros.

A bacia abrange, total ou parcialmente, 29 municípios mineiros, envolvendo cerca de 283 mil pessoas, sendo a segunda unidade menos populosa da bacia do Doce, donde 74% reside em áreas urbanas. Do total de municípios, 20 deles tem suas áreas territoriais totalmente inseridas na UGRH. Em se tratando de localização da sede municipal, 3 municípios possuem suas sedes urbanas em outras unidades (Alvarenga, Bom Jesus do Galho e Resplendor) e um município situa-se em duas UGRH's (Governador Valadares). Os demais 25 municípios possuem suas sedes na UGRH.



1.3. Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH Doce

O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce – PIRH Doce, que representa o desejo manifesto de todos os envolvidos no processo participativo que foi empreendido de junho de 2008 ao final do ano de 2009, no sentido de consolidar o planejamento de ações voltadas ao enfrentamento dos principais problemas relacionados com os recursos hídricos na bacia do Rio Doce.

O PIRH Doce, nessa primeira versão, constitui o resultado do esforço de representantes dos dez (10) comitês atuantes na bacia hidrográfica do Rio Doce, bem como dos órgãos gestores de recursos hídricos, representados pela Agência Nacional de Águas – ANA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, e Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, do Espírito Santo, reunidos em um Grupo de Acompanhamento Técnico – GAT. Adiante, a relação dos comitês envolvidos na elaboração do PIRH Doce:

- CBH Doce;
- CBH do rio Piranga;
- CBH do rio Piracicaba;
- CBH do rio Santo Antônio;
- CBH do rio Suaçuí;
- CBH do rio Caratinga;
- CBH Águas do rio Manhuaçu;
- CBH do rio Santa Maria do Doce;
- CBH do rio Guandu; e
- CBH do rio São José.

A diretriz máxima que norteou o referido trabalho foi a constante na Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, no tocante à participação pública e espírito democrático, e também a intensa e importante atuação dos comitês de bacias dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais, além do próprio CBH Doce.

O PIRH Doce foi desenvolvido com o objetivo geral de produzir um instrumento capaz de orientar o CBH-Doce, os CBHs de bacias afluentes, os órgãos gestores dos recursos hídricos da bacia e demais componentes do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com responsabilidade sobre a bacia do rio Doce, com vistas à gestão efetiva dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da bacia, de modo a garantir o seu uso múltiplo, racional e sustentável em benefício das gerações presentes e futuras.

O Plano consubstancia ações integradas que visam instrumentalizar os CBHs de bacias afluentes e o CBH-Doce para o cumprimento de sua missão de articular os diversos atores sociais para garantir a oferta de água, em quantidade e qualidade, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da



qualidade de vida na bacia hidrográfica do rio Doce. O PIRH Doce e os Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs – tiveram ainda os seguintes objetivos específicos:

- Estruturar a base de dados da Bacia do Rio Doce relativa às características e à situação dos recursos hídricos e demais feições com implicações sobre as mesmas, com vistas a subsidiar a elaboração e implementação, após a elaboração do PIRH Doce, de um Sistema Integrado de Informações capaz de apoiar a gestão dos recursos hídricos da bacia.
- Definir as medidas necessárias para proteger, recuperar e promover a qualidade dos recursos hídricos com vistas à saúde humana, à vida aquática e à qualidade ambiental.
- Estabelecer metas de melhoria da qualidade das águas, de aumento da capacidade de produção de água e de uma justa distribuição da água disponível na bacia, acordadas por todos os atores da bacia.
- Fomentar o uso múltiplo, racional e sustentável dos recursos hídricos da bacia mediante avaliação e controle das disponibilidades e determinação das condições em que tem lugar o uso da água na bacia, em benefício das gerações presentes e futuras, levando em conta planos setoriais, regionais e locais em andamento ou com implantação prevista na Bacia.
- Integrar os planos, programas, projetos e demais estudos setoriais que envolvam a utilização dos recursos hídricos da bacia, incorporando-os ao PIRH e aos PARHs, dentro de suas possibilidades.
- Articular as ações municipais envolvendo o uso do solo com as diretrizes e intervenções relacionadas ao uso dos recursos hídricos.
- Conceber ações destinadas a atenuar as consequências de eventos hidrológicos extremos.
- Oferecer diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão dos recursos hídricos previstos em lei e contribuir para o fortalecimento do Sistema de gerenciamento de Recursos Hídricos pela articulação e participação de todas as demais instâncias da bacia ligadas à gestão dos recursos hídricos.
- Manter e ampliar a participação dos segmentos da sociedade no processo de construção e implementação do PRH-Doce, bem como nos programas e projetos dele derivados.
- Desenhar um arranjo institucional sustentável para a gestão dos recursos hídricos da bacia.



- Promover iniciativas destinadas ao desenvolvimento tecnológico e à capacitação de recursos humanos, à comunicação social e à educação ambiental em recursos hídricos na bacia.
- Com vistas ao atingimento dos objetivos anteriores, apontar respostas técnicas, institucionais e legais para os principais problemas diagnosticados/prognosticados na bacia e determinar um conjunto de intervenções estruturais e não estruturais, montadas na forma de programas e projetos, que possam ser realizadas dentro dos horizontes de planejamento adotados, identificando, para cada programa, os recursos necessários para sua realização, as fontes de onde os mesmos deverão proceder e o seu desenvolvimento no tempo.

A Consultora desenvolveu seus trabalhos com acompanhamento permanente do GAT, através de reuniões mensais de trabalho, acrescidas de 30 (trinta) reuniões públicas realizadas em diferentes localidades da bacia, quando se apresentaram os resultados das distintas etapas em que o trabalho se desenvolveu, quais sejam: Diagnóstico, Prognóstico e Programas do Plano Integrado.

Nas duas primeiras etapas foram elaborados o Diagnóstico da Bacia e o Prognóstico dos Recursos Hídricos no Horizonte do Plano, onde se avaliaram, respectivamente, a condição atual da qualidade da água e das disponibilidades hídricas, e a projeção destas condições, conforme distintos cenários, até o ano de 2030.

A etapa final constituiu-se na definição das metas sugeridas para a bacia, e na descrição dos programas, projetos e ações preconizadas, incluindo seus objetivos, justificativas, procedimentos, atores envolvidos e diversos outros elementos que os caracterizam, seguido da análise das condições e perspectivas de atendimentos das metas, a partir da efetiva implantação dos programas, incluindo a viabilidade financeira do Plano.

Nesta última etapa também foram desenvolvidos, entre outros, estudos relacionados a um arranjo institucional viável para a gestão dos recursos hídricos da bacia, bem como diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão definidos na Lei nº 9.433/97, com destaque para o Enquadramento sugerido no âmbito do Plano, como meta de qualidade a ser alcançada.

O trabalho também contemplou o desenvolvimento de um Sistema de Informações Geográficas, denominado SIG-Plano, repositório de toda a informação coletada durante as distintas etapas de elaboração do Plano, bem como suporte de toda a representação cartográfica contida neste estudo.



1.4. Plano de Ação de Recursos Hídricos da Unidade de Planejamento e Gestão - PARH

O PARH é parte integrante do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH Doce, e considera os mesmos objetivos, metas básicas, horizonte de planejamento e a realidade desejada para a bacia do rio Doce. Para cada UGRH da bacia hidrográfica do rio Doce foi gerado um PARH específico caracterizando as peculiaridades de cada região da bacia do Rio Doce, assim como os programas prioritários de acordo com a realidade de cada Unidade de Gestão. Cada PARH é, desta maneira, um desdobramento do Plano Integrado de Recursos Hídricos, de acordo com as especificidades de cada unidade de planejamento. Os conteúdos e informações aqui apresentados são, portanto, transpostos do Relatório Final do PIRH Doce, devendo o mesmo ser adotado como referência nas questões relativas aos procedimentos metodológicos utilizados e fontes de consulta específicas.

A estrutura dos PARHs segue, em linhas gerais, a mesma estrutura adotada no desenvolvimento do PIRH Doce, contemplando um diagnóstico situacional da unidade, com ênfase nas questões relativas aos recursos hídricos, e a descrição dos programas previstos para enfrentar as principais questões que comprometem a qualidade e disponibilidade da água e, por conseguinte, da qualidade de vida em cada UGRH. Neste documento estão apresentados:

- Diagnóstico Sumário da UGRH, contemplando as principais informações que caracterizam a Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos frente à bacia do Doce como um todo, com ênfase nas questões que demandam maior esforço de gestão. Este capítulo também apresenta um prognóstico tendencial, buscando caracterizar a situação dos recursos hídricos da UGRH no ano de 2030.
- O Comitê de Bacia da UGRH, descrevendo a atual estrutura, órgão normativo e deliberativo que tem por finalidade promover o gerenciamento de recursos hídricos na região, envolvendo, em um âmbito maior, a promoção do debate sobre as questões hídricas e o arbitramento dos conflitos relacionados com o uso da água e que, em última instância, irão aprovar e acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Doce, e o respectivo Plano de Ação.
- Os Objetivos e Metas projetados para a bacia, expressando a realidade possível para o horizonte do Plano, através de metas de planejamento e ações físicas, quantificadas e com prazos estipulados para a sua consecução.
- Intervenções Recomendadas e Investimentos Previstos, descrevendo o escopo geral das ações previstas e elencando as ações específicas para a bacia, incluindo, quando pertinente, as indicações de criticidade dos problemas identificados.



- Conclusões e Diretrizes Gerais para a Implementação do PARH, onde são discutidas e expostas as motivações e indicações das ações propostas, definindo-se as prioridades e os efeitos esperados para a bacia.

1.5. Contratos de Gestão

O processo de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Doce se iniciou em 2011 quando o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Doce e dos Comitês dos rios afluentes, no uso de suas atribuições definidas por lei e demais normas complementares, e considerando os compromissos firmados no âmbito do Pacto para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, celebrado em 24 de março de 2010 entre os dez Comitês de Bacia Hidrográfica com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, a ANA, IGAM, IEMA e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, estabelecem os mecanismos e sugere os valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Doce. As decisões estão registradas nas respectivas Deliberações, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Deliberações aprovando a cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 26, de 31 de março de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 04, de 12 de abril de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 15, de 14 de abril de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 08, de 13 de maio de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 28, de 26 de abril de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 09, de 13 de abril de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 01, de 03 de agosto de 2011

Posteriormente, o CBH Doce e os Comitês mineiros aprovam o Edital Conjunto nº 01/2011 para seleção de Entidade Delegatária ou Equiparada para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

O CBH-Doce indicaria ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH a entidade que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital, para receber a delegação de competência para o exercício de funções de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce nos termos do art. 51 da Lei 9.433/97.

Os Comitês estaduais de Minas Gerais atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Caratinga, CBH Águas do Rio Manhuaçu e CBH Suaçuí Grande) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital,



para que seja procedido o ato de equiparação à função de agência de água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto no art. 37 da Lei 13.199/1999 (MG).

Os Comitês estaduais do Espírito Santo atuantes na área de abrangência da bacia hidrográfica do rio Doce (CBH Rio Guandu, CBH Rio São José, CBH Rio Santa Maria do Rio Doce) deveriam considerar, na indicação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo – CERH/ES, a ENTIDADE selecionada com base nos procedimentos deste Edital – e após sua qualificação no Programa de Organizações Sociais do Estado do Espírito Santo, conforme Lei Complementar nº 489/2009 (ES) – para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Água da bacia hidrográfica do rio Doce, em conformidade com o previsto nos artigos 45 e 46, parágrafo único, da Lei 5.818/1998 (ES).

Ainda em 2011 os Comitês Mineiros e o CBH Doce aprovam a indicação, ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH e Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG, do Instituto BioAtlântica – IBIO para desempenhar, por prazo determinado no contrato de gestão, funções de Agência de Água na bacia hidrográfica do rio Doce como entidade delegatária/equiparada dessas funções, conforme Deliberações da Tabela 3. Na mesma data, é aprovada a minuta dos Contratos de Gestão, a serem celebrados entre o IBIO e ANA, e entre IBIO e IGAM para desempenhar funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Tabela 3 - Deliberações aprovando a indicação do IBIO para funções de Agência de Água

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 30, de 24 de agosto de 2011
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 06, de 25 de agosto de 2011
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 17, de 23 de agosto de 2011
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 11, 02 de setembro de 2011
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 30, de 30 de agosto de 2011
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 10, de 31 de agosto de 2011
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, 01 de setembro de 2011

Após aprovação dos Comitês, o tema foi discutido e a delegação/equiparação do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) foi aprovada pelo CNRH - Conselho Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Resolução CNRH nº 130, de 20 de setembro de 2011 e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais na Deliberação CERH/MG nº 295, de 16 de dezembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 072/ANA/2011 foi celebrado em 26 de outubro de 2011 entre a Agência Nacional de Águas - ANA e o Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Delegatária, com a anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, para o exercício de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, foi publicado no D.O.U em 04 de novembro de 2011.

O Contrato de Gestão nº 001/2011 entre Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce), Entidade Equiparada, com a anuência dos Comitês da Bacia



Hidrográfica do Rio Piranga – DO1, do Rio Piracicaba – DO2, do Rio Santo Antônio – DO3, do Rio Suaçuí – DO4, do Rio Caratinga – DO5, e águas do Rio Manhuaçu – DO6, para o exercício de funções de Agência de Água, foi celebrado em 21 de dezembro de 2011 e publicado no D.O.E.M.G em 10 de janeiro de 2012.

Com anuência dos Comitês Capixabas o Instituto BioAtlântica (IBIO – AGB Doce) ainda aguarda assinatura do Contrato de Gestão com o Instituto Estadual de Meio Ambiente- IEMA para o exercício de funções de Agência de Água na porção capixaba da bacia hidrográfica do Rio Doce.

1.6. Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce

O Plano de Aplicação Plurianual, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em toda a bacia hidrográfica do rio Doce, para o período de 2012 a 2015. O Plano de Aplicação Plurianual se pauta pelas seguintes premissas:

- Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas estabelecidos no Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs, e com as metas definidas nos Contratos de Gestão firmados entre o IBIO – AGB Doce com a Agência Nacional de Águas – ANA e com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e no Pacto para Gestão Integrada das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce – Pacto das Águas;
- As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, de forma a otimizar a aplicação dos recursos da cobrança;
- Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica do rio Doce, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

O objetivo que é, por meio do PAP, seja possível implementar as metas estabelecidas nos Contratos de Gestão e no Pacto das Águas e os programas e ações do PIRH/PARHs Doce considerados prioritários no período de 2012 a 2015. Além de proporcionar o aumento da disponibilidade de água; de reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia e apoiar a adoção de medidas de proteção e



preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo e fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos.

Para fins de aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, no período entre 2012 e 2015, foram priorizados programas do PIRH/PARHs Doce de hierarquia 1, 2 e 3, tendo em vista a relevância e a urgência na sua implementação. O PAP foi inicialmente aprovado pelo CBH Doce e pelos Comitês Estaduais de Minas Gerais em 2012 definindo valores a serem investidos em cada um dos programas do PIRH/PARH, conforme Deliberações da Tabela 4.

Tabela 4 - Deliberações que aprovaram o Plano de Aplicação Plurianual – PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 32, de 26 de abril de 2012
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 02, de 12 de abril de 2012
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 22, de 11 de abril de 2012
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 14, de 13 de abril de 2012
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 34, de 19 de abril de 2012
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 12, de 17 de abril de 2012
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 02, de 18 de abril de 2012

Porém, considerando a necessidade de adequar os desembolsos na bacia às estimativas mais recentes de arrecadação oriunda da cobrança pelo uso de recursos hídricos; considerando a necessidade de concentrar a aplicação dos recursos em um menor número de programas e ações; e considerando os resultados das discussões ocorridas no âmbito dos comitês da bacia durante os meses de abril a junho de 2014, os Comitês estaduais e federal decidem por readequar alguns itens do documento, assim como os valores alocados para cada programa a cada ano restante dos Contratos de Gestão celebrados entre o IBIO – AGB Doce, a ANA e o IGAM. Na Tabela 5 abaixo estão descritas as Deliberações que aprovaram as readequações do PAP. Na

Tabela 6 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela ANA, após readequação do PAP. Na Tabela 7 estão demonstrados os valores alocados, referentes aos recursos arrecadados e repassados pela IGAM, após readequação do PAP.

Tabela 5 – Deliberações que aprovaram readequação do Plano de Aplicação Plurianual - PAP

Comitê de Bacia Hidrográfica	Deliberação
CBH Doce	Deliberação CBH Doce nº 42, de 14 de agosto de 2014
CBH Piranga	Deliberação CBH Piranga nº 10, de 03 de junho de 2014
CBH Piracicaba	Deliberação CBH Piracicaba nº 27, de 04 de junho de 2014
CBH Santo Antônio	Deliberação CBH Sto. Antônio nº 20, de 22 de maio de 2014
CBH Suaçuí	Deliberação CBH Suaçuí nº 45, de 21 de maio de 2014
CBH Caratinga	Deliberação CBH Caratinga nº 03, de 11 de junho de 2014
CBH Manhuaçu	Deliberação CBH Manhuaçu nº 30, de 10 de junho de 2014



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 6 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela ANA

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		ESPACIA- LIZAÇÃO	2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
1	Estudo de aprimoramento dos mecanismos de cobrança com base nos itens discriminados no indicador 3C do Contrato de Gestão	Toda a bacia	-	999	--	--	999
2	Pesquisa quadrienal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	Toda a bacia	--	--	--	200	200
3	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	9 Bacias afluentes	-	18	-	-	18
4	Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura (P22)	UGRHs 4 a 9	--	308	1.560	940	2.808
5	Programa de Convivência com as Cheias (P31)						
	Levantamento de seções topográficas nas calhas dos principais rios da bacia para o modelo hidráulico de propagação de vazões.	Toda a bacia	-		500	500	1.000
	Aquisição de imagem satélite de alta resolução para definição da mancha de inundação nas áreas urbanas de cidades consideradas prioritárias.		-	241	-	-	241
	Definição da mancha de inundação da área rural, a partir de modelo digital de elevação – MDE, agregado ao mapa de uso e ocupação do solo.						
	Levantamento e consistência dos dados hidrometeorológicos, inclusive dos dados pluviométricos / Levantamento de informações complementares (intervenções estruturais de interesse) / Desenvolvimento de modelo hidrológico, incluindo calibração, simulação e análises / Desenvolvimento do modelo hidráulico, incluindo calibração, simulação e definição dos perfis da linha d'água e das manchas de inundação / Acoplamento dos dados de entrada dos modelos meteorológicos com o modelo hidrológico e deste com o modelo hidráulico. - Desenvolvimento da interface gráfica para operacionalização do modelo no sistema de alerta / Desenvolvimento do Sistema de Previsão e do Sistema de Intervenções Estruturais.		-	-	1750	1000	2.750
	Concepção de um conjunto de intervenções não estruturais de controle de cheias.					250	250
6	Programa de Universalização do Saneamento (P41):		-	67	1.850	5.930	7.847
7	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	9 Bacias afluentes	-	4	2.250	2.250	4.504
8	Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (P61):						
	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	Toda a bacia	495	1.115	2.340	1.100	5.050
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	Toda a bacia	-	-	150	350	500
9	Programa de Comunicação Social (P71)	Toda a bacia	-	156	500	500	1.156
10	Programa de Educação Ambiental (P72)	Toda a bacia	-	43	500	800	1.343
11	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	Toda a bacia	-	43	-	-	43
Total Geral			495	2.994	11.400	13.820	28.709



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 7 – PAP da Bacia do Rio Doce com recursos arrecadados e repassados pela IGAM

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS		2012 (mil R\$)	2013 (mil R\$)	2014 (mil R\$)	2015 (mil R\$)	TOTAL (mil R\$)
UGRH01 - Piranga						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	1	-	650	651
2	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	5	2.300	5.400	7.705
3	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	1.000	1.000
4	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	157	-	-	157
5	Programa de Comunicação Social (P71)	-	4	-	-	4
Subtotal UGRH01 - Piranga		-	167	2.400	7.150	9.717
UGRH02 - Piracicaba						
1	Programa de Saneamento da Bacia (P11)	-	47	1.500	4.500	6.047
2	Programa Produtor de Água (P24)	-	-	1.000	1.400	2.400
3	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	164	5.500	4.000	9.664
4	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	1	1.000	5.000	6.001
5	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	100	100	200
	Sistema de informações (SIG GESTÃO) (P61.a)	-	412	-	-	412
6	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
7	Programa de Educação Ambiental (P72)	-	-	200	600	800
8	Programa de Treinamento e Capacitação (P73)	-	-	200	600	800
Subtotal UGRH02 - Piracicaba		-	627	9.500	16.200	26.327
UGRH03 - Santo Antônio						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	2.500	3.001
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	-	-	932	932
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH03 - Santo Antônio		-	4	550	3.482	4.036
UGRH04 - Suaçuí						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.200	1.700
2	Programa de Recomposição de APPs e Nascentes (P52)	-	0,5	-	-	1
3	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
4	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3,5	-	-	4
Subtotal UGRH04 - Suaçuí		-	4	550	1.250	1.804
UGRH05 - Caratinga						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	-	500	1.500	2.000
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH05 - Caratinga		-	3	550	1.550	2.103
UGRH06 - Manhuaçu						
1	Programa de Universalização do Saneamento (P41)	-	1	500	1.500	2.001
2	Fortalecimento dos Comitês (P61.2)	-	-	50	50	100
3	Programa de Comunicação Social (P71)	-	3	-	-	3
Subtotal UGRH06 - Manhuaçu		-	4	550	1.550	2.104
Total Geral		-	809	14.100	31.182	46.091



2. DADOS GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1. Identificação Institucional

NOME DA INSTITUIÇÃO

Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos Rios Afluentes Mineiros do Rio Doce.

CNPJ

05.112.703/0001-25 (IBIO Institucional)

05.112.703/0002-06 (IBIO – AGB Doce)

NATUREZA JURÍDICA

Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce), Entidade Equiparada de funções de agência de água, associação civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundado em 19 de fevereiro de 2002, com duração por tempo indeterminado, regendo-se pelas Legislações Federais, Estaduais e demais deliberações dos comitês de bacia hidrográfica para os quais atua como Entidade Delegatária ou Equiparada.

VINCULAÇÃO

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM (Contrato de Gestão N° 001/2011, publicado no DOE-MG em 10/01/2012).

ENDEREÇO

Rua Afonso Pena, 2.590, Centro, Governador Valadares – MG, CEP 35010-000.



NORMA DE CRIAÇÃO E FINALIDADE.

Estatuto Social - Data: 22/06/2007

Estatuto Social – Alterado em 14/10/2011

ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET

<http://www.ibioagbdoce.org.br/>

E-mail: ibioagbdoce@ibio.org.br

2.2. Identificação do Contrato de Gestão

Instrumento Legal: Contrato de Gestão 001/IGAM/2011, celebrado entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e o Instituto BioAtlântica com a anuência dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Rio Piranga – UGRH01, do Rio Piracicaba – UGRH02, do Rio Santo Antônio UGRH03, do Rio Suaçuí – UGRH04, do Rio Caratinga UGRH05 e Águas do Rio Manhuaçu – UGRH06.

Dotação Orçamentária:

I - 2241.18.544.011.1016.0001.33.50.41.61.1.1

II - 2241.18.544.001.1016.0001.44.50.41.61.1.1

Fundamentação Legal:

Lei Estadual nº 13.199, de 29 de Janeiro de 1999;

Decreto Estadual nº 41.578, de 08 de Março de 2001;

Decreto Estadual nº 44.046, de 13 de Junho de 2005;

Deliberação Normativa CERH-MG nº 23, de 15 de Setembro de 2008.



2.3. Descrição dos Objetivos e Metas Institucionais Pactuados no Contrato de Gestão

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas, cujos resultados são mensurados por meio de indicadores de desempenho.

Na Tabela 8 é apresentado o Programa de Trabalho do Contrato de Gestão com a Entidade Delegatária para o exercício das funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, com seus indicadores e respectivos critérios de avaliação.

Tabela 8 - Programa de Trabalho com indicadores e critérios de avaliação

INDICADORES		CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
1	DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES	1A. Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH.
2	PLANEJAMENTO E GESTÃO	2A. Plano de Aplicação 2012-2015. 2B. Implementação do Plano de Ação de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica – PARH.
3	COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	3A. Índice de desembolso sobre o valor anual repassado pelo IGAM (%). 3B. Índice de desembolso sobre o valor acumulado repassado pelo IGAM (%). 3C. Estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. 3D. Avaliação, pelos usuários de água, da cobrança pelo uso de recursos hídricos
4	OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA	4A. Atendimento ao Usuário em Cobrança. 4B. Complementação e atualização do Cadastro de Usuários.
5	RECONHECIMENTO SOCIAL	5A. Avaliação da Entidade Equiparada pelo CBH. 5B. Avaliação do CBH pelo CERH-MG.

2.4. Glossários sobre os Critérios de Avaliação

Na Tabela 9 são apresentadas as descrições dos critérios de avaliação de cada indicador.

Tabela 9- Descrição dos critérios de avaliação

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES		
CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO		DETALHAMENTO
1A	CONTEÚDO DISPONIBILIZADO E ATUALIZADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO CÔMITE DE BACIA HIDROGRÁFICA	CBHs: decretos de criação, regimentos internos e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.
		Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.
		Legislação de Recursos Hídricos: Leis e decretos relativos à recursos hídricos no âmbito federal e Estados de Minas Gerais e Espírito Santo; Portarias do IGAM e IEMA, resoluções da ANA e Resolução do CNRH e CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PARH, contrato de gestão, cadastro e cobrança.
		Centro de Documentação: Estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica, incluindo o Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH e PARHs Doce, em vigência.
		Plano de Aplicação: relatórios anuais de acompanhamento das ações executadas na UPGRH.
		Cadastro de Usuários: relação dos usuários da bacia em cobrança pelo IGAM, ANA ou IEMA, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.
		Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Equiparada e rendimentos financeiros anuais.
		Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.
		INDICADOR 2 - PLANEJAMENTO E GESTÃO
2A	PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL	Para o exercício de 2012: 1. Elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2012-2015, contendo: Programas e subprogramas do PARH priorizados no período, com alcance de metas para 2015, contendo os tipos de ações possíveis de serem financiadas; Estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada programa/subprograma discriminado por fonte: cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União e Estados, contrapartida dos usuários, orçamentos públicos(federal, estadual ou municipal); e Critérios para hierarquização das demandas de ações e projetos. Para os demais exercícios: 1. Atualização e revisão anual do Plano de Aplicação; 2. Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis: identificação dos recursos que podem ser acessados para aplicação na Bacia Hidrográfica, em conformidade com o PARH, de forma a se avaliar os investimentos em andamento



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

		e dimensionar os principais avanços e gargalos para a concretização do Plano de Aplicação. 3. Relatório anual de acompanhamento das ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, descrevendo por ação: Identificação do programa/subprograma do PARH em que a ação se enquadra; Objeto e valor da ação; Modalidade de aplicação: direta, indireta (contrato de repasse – não reembolsável) e financiamento (reembolsável); No caso de execução indireta, o tomador dos recursos e, no caso de financiamento, o mutuário; Código da ação no Plano de Aplicação; Prazos previstos x prazos realizados: contratação (assinatura do contrato de repasse); realização da licitação (quando houver); início das atividades e entrega do produto; Prazos médios de execução: andamento dos cronogramas físicos-financeiros; e, Identificação dos principais atrasos e justificativas.
2B	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA - PARHs	Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH (com recursos da cobrança pelos usos de recursos hídricos e outras fontes), descrevendo o cumprimento do cronograma definido no PARH (cronograma de investimentos), contendo principalmente: As providências adotadas pela Entidade Equiparada para a execução das ações previstas no PARH (inclusive articulação com outros entes do SINGREH); Identificação do programa/subprograma do PARH executados (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas; Identificação do programa/subprograma do PARH executados com recursos de outras fontes (descrevendo objeto e valor da ação) e deficiências encontradas; Recomendação de ações com vista a aceleração da implementação do PARH.
INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS		
A	ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ANUAL REPASSADO PELO IGAM (%)	Proporção (%) entre o valor desembolsado anual neste Contrato (desde o primeiro mês do repasse até o mês de apuração), e o valor anual repassado pelo IGAM. Fórmula de cálculo $ID (\%) = (VD / VR) * 100$ Sendo: ID = Índice de Desembolso Anual até o limite de 100%; VD = valor desembolsado, em reais por ano; VR = valor repassado, em reais por ano.
3B	ÍNDICE DE DESEMBOLSO SOBRE O VALOR ACUMULADO REPASSADO PELO IGAM (%)	Proporção (%) entre o valor desembolsado acumulado neste Contrato (desde o primeiro repasse até o mês de apuração), e o valor acumulado repassado pelo IGAM. Fórmula de cálculo $IDA (\%) = (VDa / VRa) * 100$ Sendo: IDA = Índice de Desembolso Acumulado; VDa = valor desembolsado acumulado, em reais;



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

		VRa = valor repassado acumulado, em reais.
3C	ESTUDOS DE APRIMORAMENTO DOS MECANISMOS DE COBRANÇA	Elaboração de estudos de aprimoramento dos mecanismos de cobrança em vigor na Bacia Hidrográfica, com o objetivo de subsidiar: A cobrança pelo lançamento com inserção de novos parâmetros, além da DBO, pelo consumo de água difuso e pela poluição difusa; O aperfeiçoamento do Kt, com reconhecimento das boas práticas de uso e conservação das águas; A avaliação dos reais impactos das transposições na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em especial comparativamente aos demais usos visando à revisão futura do PPUtransp; A implementação de mecanismos que possam universalizar o acesso aos recursos financeiros para todos os segmentos partícipes, não só o setor público; A implementação de mecanismos de financiamento com recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com retorno financeiro; A instituição de Mecanismo Diferenciado de Pagamento dos valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos com o intuito de incentivar ações de melhoria da qualidade, da quantidade de água e do regime fluvial, que resultem em sustentabilidade ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme § 2º do art. 7º da Resolução CNRH nº 48, de 21 de março de 2005; A avaliação do impacto dos valores da cobrança para os prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de forma a subsidiar a proposição de limites de cobrança relacionados ao orçamento do exercício.
3D	AVALIAÇÃO DA COBRANÇA PELOS USUÁRIOS	Aplicação de pesquisa quadrienal sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação de relatório de avaliação dos resultados.
INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA		
4A	ATENDIMENTO AO USUÁRIO EM COBRANÇA	Fornecimento do serviço de atendimentos aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica, com conhecimento técnico suficiente para sanar eventuais dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH, no período de segunda à sexta-feira das 08h00 às 18h00 (exceto feriados). Deverá ser fornecido também serviço de atualização dos dados cadastrais de usuários com problemas de endereço.
4B	ATUALIZAÇÃO DO CNARH COM A INSERÇÃO DAS NOVAS PORTARIAS DE OUTORGA DA UPGRH	Inserção, atualização e complementação dos dados dos usuários de recursos hídricos outorgados no CNARH, conforme normas e procedimentos estabelecidos pelo IGAM.
INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL		
5A	RECONHECIMENTO SOCIAL	Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária no exercício de suas atribuições, aplicada junto aos CBHs, conforme metodologia a ser definida pela IGAM em conjunto com ANA, IEMA tendo foco no: Cumprimento do contrato de gestão; Ações tomadas com vistas à implementação do PARH (com Subsídio do “Relatório de avaliação da execução das ações previstas no PARH”); e, Atuação como Secretaria executiva do CBH.
5B	DESEMPENHO DO CBH DE ACORDO COM RESOLUÇÃO ESPECÍFICA DO CERH-MG.	Nota de desempenho do Comitê junto ao CERH-MG de acordo com os critérios estabelecidos pela DN xx.

2.5. Comprometimento de Metas

Apresenta-se a seguir o detalhamento dos indicadores das metas pactuadas e os procedimentos de apuração de resultados.

INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Nas Tabela 10 e

Tabela 11 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 1.

Tabela 10 – Pesos e metas do Indicador 1

AVALIAÇÃO		1A	NOTA FINAL (NF)
		PESO	
		1	
2015	META	8	
	RESULTADO		
	NOTA (NP)		

Tabela 11 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 1

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS
Para o indicador 1A, será atribuído um ponto para cada um dos oito itens descritos no detalhamento. *Para o exercício de 2013 serão avaliados todos os itens constantes no detalhamento.
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$
$NF = \sum (NP * PESO) / \sum (PESOS)$

INDICADOR 2- PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nas Tabela 12 e Tabela 13 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 2.

Tabela 12 – Pesos e Metas do Indicador 2

AVALIAÇÃO		2A	2B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	5	
2015	META	2	1	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 13 – Procedimentos de apuração de resultados do indicador 2

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS	
Para o indicador 2A, será atribuído 1 (um) ponto para cada um dos relatórios discriminados no detalhamento do indicador. Para o indicador 2B, será atribuído 1 (um) ponto para elaboração do relatório de avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce, desde atendidos os requisitos mínimos estabelecidos no detalhamento do indicador.	
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$	
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	

INDICADOR 3 - COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Nas Tabela 14 e Tabela 15 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 3.

Tabela 14 - Pesos e Metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		3A	3B	3D	NOTA FINAL (NF)
		PESO			
		4	4	1	
2015	META	50	25	1	
	RESULTADO				
	NOTA (NP)				

Tabela 15 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 3

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS	
Para o indicador 3A, o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Anual – ID, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3B o resultado será equivalente ao Índice de Desembolso Acumulado – IDA, conforme detalhamento do indicador. Para o indicador 3C será atribuído um ponto para cada item disponibilizado da relação de itens constantes do detalhamento do indicador.	
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$	
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	

INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

Nas Tabela 16 e Tabela 17 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Tabela 16 - Pesos e Metas do Indicador 3

AVALIAÇÃO		4A	4B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		5	8	
2015	META	12	100	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

Tabela 17 - Procedimentos de apuração de resultados do Indicador 4

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS	
Para o indicador 4A, será atribuído 1 (um) ponto para cada mês de funcionamento da Central de Atendimento ao Usuário.	
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$	
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	

INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

Nas Tabela 18 e Tabela 19 são apresentados, respectivamente, os pesos relativos, as metas e as fórmulas para o cálculo das notas do Indicador 4.

Tabela 18 - Pesos e Metas do Indicador 5

AVALIAÇÃO		5A	5B	NOTA FINAL (NF)
		PESO		
		6	4	
2015	META	10	100	
	RESULTADO			
	NOTA (NP)			

Tabela 19 - Procedimentos de apuração de resultados do indicador 5

FÓRMULA DE CÁLCULO DAS NOTAS	
Para o indicador 5A o resultado será equivalente à média aritmética das avaliações respondidas pelos membros do comitê, podendo a nota de cada avaliação variar de 0 (zero) a 10 (dez).	
$NP = 10 * \text{resultado} / \text{meta}$ $0 \leq NP \leq 10$	
$NF = \sum (NP * \text{PESO}) / \sum (\text{PESOS})$	



3. INDICADOR 1 - DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES.

3.1. Meta 1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do CBH-Caratinga.

O site do CBH-Caratinga permanece no ar no mesmo endereço informado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2013 no link <http://www.cbhcaratinga.org.br/>. Seguem abaixo informações sobre a publicação dos conteúdos disponibilizados nas páginas eletrônicas do Comitê.

ITEM 1 - CBHs: decreto de criação, regimento interno e alterações, composição, deliberações, moções, atas das reuniões.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas do Comitê, conforme descrição e links indicados abaixo.

- O Decreto de criação:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/decreto-criacao>

- Regimento Interno e as alterações:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/regimentos-internos>

- Composição

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/membros>

- Deliberações

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/deliberacoes>

- Moções

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/mocoes> ²

² O CBH-Caratinga não possui moções.



- Atas das reuniões

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/institucional/atas-reunioes>

ITEM 2 - Entidade Equiparada: Deliberação CERH de Equiparação, estatuto e alterações, associados.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas da Entidade Equiparada, conforme links abaixo:

- Deliberação CERH de Equiparação

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/deliberacao-do-cerh-de-equiparacao-2>

- O Estatuto do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB Doce) e suas alterações:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/estatuto>

- Os Associados do Instituto BioAtlântica (IBIO - AGB-Doce):

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/associados>

ITEM 3 - Legislação de Recursos Hídricos: leis e decretos relativos a recursos hídricos no âmbito federal e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; portarias do IGAM e IEMA; resoluções da ANA, do CNRH, do CERH-MG e CERH-ES que tenham pertinência com as atividades definidas no PIRH-Doce, contrato de gestão, cadastro e cobrança.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Legislação de Recursos Hídricos.

- A Legislação Federal

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-23-2>

- A Legislação de Minas Gerais

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-2-2>

- A Legislação do Espírito Santo



Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/legislacao-de-recursos-hidricos/legislacao-de-recursos-hidricos-1-2>

ITEM 4 – Centro de Documentação: estudos, projetos, relatórios e demais documentos técnicos produzidos sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, incluindo o Plano Integrado de Recursos Hídricos – PIRH–Doce, em vigência.

Resultado: Disponibilizado no site do Comitê uma aba denominada “Centro de Documentação”, contendo documentos técnicos sobre a Bacia.

- Centro de Documentação

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/centro-documentacao>

ITEM 5 – Plano de Aplicação: relatório anual de acompanhamento das ações executadas:

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre as atividades referentes ao Plano de Aplicação Plurianual.

- Plano de Aplicação Plurianual da Bacia Hidrográfica do rio Doce – PAP 2012/2015:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/categoria/agencia/plano-de-aplicacao-plurianual>

ITEM 6 – Cadastro de Usuários: relação dos usuários da Bacia do Rio Doce em cobrança pela ANA, IGAM ou IEMA, no exercício corrente, contendo nome, município, UF, finalidade de uso, vazões e valor cobrado.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Cadastro de Usuários.

- Cadastro de Usuários em cobrança pela ANA:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

- Cadastro de Usuários em cobrança pelo IGAM:

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cadastro-de-usuarios>

ITEM 7 – Cobrança e Arrecadação: valores cobrados, arrecadados e transferidos à Entidade Delegatária e rendimentos financeiros anuais.



Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre a Cobrança e a Arrecadação.

- Cobrança e Arrecadação pela ANA e IGAM

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia-de-aguas/cobranca-e-arrecadacao>

ITEM 8 - Contrato de Gestão: contrato e seus aditivos, Relatórios de Gestão, Relatórios de Avaliação e prestações de contas apresentadas.

Resultado: Disponibilizadas as informações atualizadas sobre o Contrato de Gestão.

- Contratos de Gestão

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/contratos>

- Relatórios de Gestão

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-gestao>

- Relatórios de Avaliação

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/relatorio-de-avaliacao>

- Prestações de Contas

Link: <http://www.cbhcaratinga.org.br/agencia/contrato-de-gestao/prestacao-de-contas-2>



4. INDICADOR 2 – PLANEJAMENTO E GESTÃO

4.1. Meta 2A.1 – Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis

Neste relatório são apresentadas todas as informações levantadas durante o ano de 2015 sobre as fontes de recursos financeiros disponíveis para serem acessadas com o objetivo de promover a recuperação ambiental da bacia hidrográfica do Rio Doce.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo I**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.2. Meta 2A.2 – Relatório anual de acompanhamento das ações

Neste relatório foram apresentadas as ações executadas pelo IBIO – AGB Doce na modalidade de execução indireta em que houve contratação de pessoas físicas ou jurídicas para realização das ações com recursos dos 92,5% da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo II**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.

4.3. Meta 2B – Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PARH

Neste relatório foram apresentadas as providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que envolvem sua estrutura administrativa, corpo técnico e mobilização utilizando 7,5% dos recursos federais e estaduais oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A utilização dos recursos estaduais se deve pelo fato de possuímos corpo técnico único para execução dos programas previstos no Plano



de Aplicação Plurianual e parte deste corpo técnico foi contratado com os recursos federais e parte com recursos estaduais.

As providências adotadas pelo IBIO – AGB Doce que serão descritas a seguir estão separadas por Programa e Subprograma do PARH. As recomendações de ações com vista na aceleração da implementação do PARH serão apresentadas para todos os programas e subprogramas em um único tópico. Consideramos ser a melhor forma de apresentar as recomendações uma vez que a maioria delas visam acelerar a implementação do PARH como um todo e não um programa ou subprograma específico. Pelo volume de informações e para melhor estruturar o relatório em questão, decidimos apresentá-lo como um documento em anexo disponibilizado no **Anexo III**.

Resultado: Relatório devidamente gerado com especificações definidas no Contrato de Gestão.



5. INDICADOR 3 – COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS

5.1. Meta 3A - Índice de desembolso sobre o valor anual repassado

Tabela 20 – Índice de Desembolso para o exercício de 2015

Repases, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Anual
		2012	85.521,36	1.522,61	87.043,97	10.331,78	11,87%
		2013	831.606,96	17.005,95	848.612,91	40.515,38	4,77%
		2014	536.469,20	73.500,90	609.970,10	54.629,10	8,96%
		2015	797.510,55	112.142,99	909.653,54	599.159,07	65,87%
		TOTAL	2.251.108,07	204.172,45	2.455.280,52	704.635,33	

Tabela 21 – Índice de Desempenho para o exercício de 2015

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Anual	Desempenho Anual
2012	10,00%	11,87%	118,70%
2013	20,00%	4,77%	23,87%
2014	35,00%	8,96%	25,59%
2015	50,00%	65,87%	131,73%

Resultado: Para o ano de 2015, a meta de desembolso prevista no Contrato de Gestão era de 50% do valor total repassado. Conforme dados apresentados nas Tabela 20 e Tabela 21 acima, o IBIO – AGB Doce alcançou 65,87% de desembolso.



5.2. Meta 3B – Índice de Desembolso sobre o valor acumulado repassado

Tabela 22 – Índice de Desembolso Acumulado

Repasse, rendimentos de aplicação financeira e desembolso							
*INDICADOR 3 COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS	(3A) Índice de Desembolso Anual	PERÍODO (ano)	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	DESEMBOLSO	Índice de Desembolso Acumulado
		2012	85.521,36	1.522,61	87.043,97	10.331,78	11,87%
		2013	831.606,96	17.005,95	848.612,91	40.515,38	5,43%
		2014	536.469,20	73.500,90	609.970,10	54.629,10	6,82%
		2015	797.510,55	112.142,99	909.653,54	599.159,07	28,70%
		TOTAL	2.251.108,07	204.172,45	2.455.280,52	704.635,33	
		Saldo	1.750.645,19				

Tabela 23 – Índice de Desembolso Acumulado

Quadro de Desempenho da Agência em Relação a Meta Contratual (%)			
PERÍODO (ano)	Meta do Contrato	Índice de Desembolso Acumulado	Desempenho Acumulado
2012		11,87%	
2013	15,00%	5,43%	36,23%
2014	20,00%	6,82%	34,12%
2015	25,00%	28,70%	114,80%

Resultado: Para o ano de 2015, a meta de desembolso acumulado prevista no Contrato de Gestão era de 25% do valor total repassado em 2012 a 2015. Conforme dados apresentados nas Tabela 22 e Tabela 23 o IBIO – AGB Doce alcançou 28,70% de desembolso.

5.3. Meta 3D – Aplicação de Pesquisa Quadrienal

Esta meta está relacionada à aplicação de pesquisa quadrienal, a ser realizada no ano de 2015, sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança, e apresentação do relatório de avaliação dos resultados. O objetivo da pesquisa é conhecer a percepção dos usuários que pagam pelo uso dos recursos hídricos sobre a cobrança e sobre a aplicação destes recursos, assim como o nível de conhecimento que ele possui sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária/Equiparada das funções de Agência de Águas. Para cumprimento da meta, o IBIO – AGB Doce contratou empresa especializada em pesquisa de opinião que entrou em contato com cada um dos usuários em cobrança.

O IBIO – AGB Doce, por meio do Ofício nº 249/2015, solicitou ao IGAM a lista oficial de usuários em cobrança com as respectivas informações para contato, o questionário a ser aplicado aos usuários, assim como a metodologia de aplicação e apresentação dos resultados. Como não houve resposta, utilizamos o questionário e metodologia proposta para ANA e obtivemos a lista de usuários em cobrança de Minas Gerais pelo sistema CNARH selecionando todos os usuários em cobrança em MG. As perguntas a serem feitas foram definidas pela ANA e repassadas ao IBIO – AGB Doce por meio do Informe ANA 06 de 2015. A sugestão de questionário apresentada pela ANA, e que foi aplicado aos usuários, está no **Anexo VI**. A lista de usuários foi obtida pelo IBIO – AGB Doce a partir site CNARH e repassada para a empresa contratada. Ao longo da execução da pesquisa a empresa encontrou algumas dificuldades para localizar determinados usuários utilizando as informações de contato registradas no CNARH. Com o apoio do IBIO – AGB Doce e dos Comitês de Bacia Hidrográfica, foi possível realizar a pesquisa com o nível de representatividade exigidas pela ANA. Em alguns casos, os usuários se recusavam a participar da pesquisa por motivos diversos como desconfiança sobre a veracidade da pesquisa. Para ampliar ao máximo o número de usuários participantes, o IBIO – AGB Doce realizou divulgação em site próprio e dos Comitês, assim como encaminhou comunicados diretamente aos usuários por correio informando da pesquisa e da importância da participação dos usuários.

A contratação realizada previu a entrega dos produtos listados a seguir. Os Produtos 3 e 4 são apresentados nos **Anexo VII** e **Anexo VIII**, respectivamente.

- 1) Plano de Trabalho com a execução dos serviços
- 2) Documento Técnico com descrição da metodologia para a pesquisa
- 3) Relatório com a tabulação dos dados coletados, contendo tabelas de frequência e cruzamentos das variáveis em estudo por todos os setores usuários cadastrados no CNARH, representando todas as faixas de valores pagos.
- 4) Relatório Conclusivo com análise descritiva dos dados estatísticos e representações gráficas de cada variável em estudo.



Resultado: O IBIO – AGB Doce aplicou a pesquisa quadrienal sobre o atendimento dos objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a ser feita junto aos usuários em cobrança conforme especificações previstas no Contrato de Gestão IGAM 001/2011 e Informe ANA 06 de 2015, assim como apresentou relatório de avaliação dos resultados tendo cumprido a meta 3D.



6. INDICADOR 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DA COBRANÇA

6.1. Meta 4A – Atendimento ao usuário em cobrança

O IBIO – AGB Doce desde o início da campanha de re/ratificação do cadastro de usuários de recursos hídricos está realizando atendimento ao usuário em cobrança, conforme previsto no Indicador 4A do Contrato de Gestão 001/IGAM/2011, visando sanar dúvidas e orientar os usuários no acesso e preenchimento do CNARH.

Inicialmente, em janeiro de 2012, o atendimento aos usuários era feito pelos telefones (33) 3276-5477 e (33) 3276-6526 e pelo e-mail cbhriodoce@veloxmail.com.br. Todos os usuários que nos procuraram para sanar suas dúvidas foram atendidos. O IBIO – AGB também encaminhou um funcionário para participar do curso CNARH-DIGICOB oferecido pela Agência Nacional de Águas (ANA) às Agências de Bacia habilitando este profissional para atender a todas as dúvidas dos usuários, assim como replicar o conhecimento aos colaboradores do IBIO – AGB Doce.

Desde o início de 2013 o atendimento está sendo feito através do telefone 0800 033 1783 criado especificamente para este fim e pelo e-mail ibioagbdoce@ibio.org.br. O atendimento também pode ser feito na sede do IBIO – AGB Doce, localizada na Rua Afonso Pena, 2590, Centro – Governador Valadares – MG. O atendimento por telefone e presencial poderá ser feito das 8h às 12h e das 14h às 18h. Estas informações sobre o atendimento estão divulgadas nos sites de todos os Comitês e dos IBIO – AGB Doce, assim como no site do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br>). Nos sites dos Comitês há destaque na página principal dos sites conforme ilustrado nas Figura 5 (CBH Doce), Figura 6 (IBIO – AGB Doce) e Figura 7 (CBH Caratinga). Em seguida, são apresentados os relatos dos atendimentos realizados pelo IBIO – AGB Doce em 2015.



Figura 5 – Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Doce.

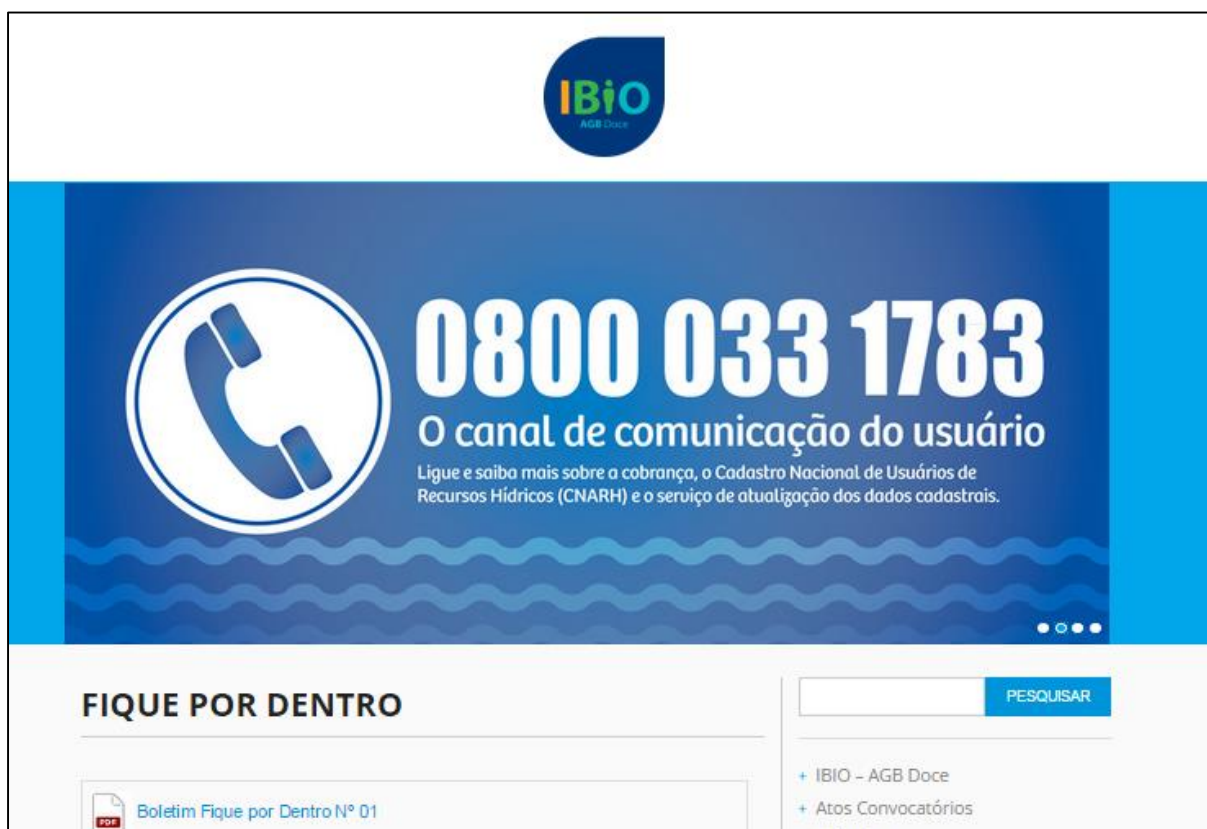


Figura 6 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do IBIO – AGB Doce.



Figura 7 - Mensagem de divulgação do atendimento aos usuários da cobrança no site do CBH Caratinga.

Atendimento 1:
Data da ligação: 10 de junho de 2015
Nome do Atendente: Edson Azevedo e Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Sra. Fernanda
Telefone/endereço eletrônico: (11) 3030-6773
Assunto tratado: A Sra. Fernanda buscava informações sobre como proceder com o cadastro de usos da água no CNARH e procedimento para concessão de outorga.
Encaminhamentos: Foram passadas para a Sra. Fernanda todas as orientações necessárias para realização do cadastro no sistema CNARH e link (http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx) para pedido de outorga junto a ANA.

Atendimento 2:
Data da ligação: 17 de fevereiro de 2015
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Laurieli
Telefone/endereço eletrônico: (27) 2103-8320
Assunto tratado: A Sra. Fernanda buscava informações sobre como proceder com o cadastro de usos da água no CNARH.
Encaminhamentos: Foram passadas para a Sra. Laurieli todas as orientações necessárias para realização do cadastro no sistema CNARH e link



(<http://www2.ana.gov.br/Paginas/servicos/outorgaefiscalizacao/agilize.aspx>) para pedido de outorga junto a ANA.

Atendimento 3:
Data da ligação: 26 de outubro de 2015
Nome do Atendente: Rossini Pena Abrantes
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Caroline Cortelete
Telefone/endereço eletrônico: (27) 2121-9360 / karolcz23@gmail.com
Assunto tratado: A Sra. Caroline solicitou informações sobre a possibilidade de alterar um cadastro no CNARH que já havia sido finalizado e enviado para a ANA por meio do sistema CNARH.
Encaminhamentos: Foram repassadas orientações para a solicitante sobre a possibilidade de gerar uma nova declaração retificadora que alteraria as informações inicialmente lançadas.

Atendimento 4:
Data da ligação: 06 de novembro de 2015
Nome do Atendente: Gustavo da Costa Pereira
Identificação da pessoa/instituição que ligou: Cristian Milanez Preis
Telefone/endereço eletrônico: (48) 3027 2660
Assunto tratado: A Sr. Cristian buscava informações de posições geográficas da captação e finalidade de uso de outorgas nas micro bacias (Manhuaçu, Piranga e Piracicaba) do Rio.
Encaminhamentos: Foi encaminhado para o Sr. Christian por e-mail um arquivo exportado do CNARH contendo as referências geográficas dos pontos de captação outorgados.

Resultado: O IBIO – AGB Doce tomou todas as providências necessárias para capacitar sua equipe, oferecer meios para os usuários entrar em contato com maior facilidade e realizou divulgação dos atendimentos nos sites de todos os Comitês da Bacia com o intuito de informar ao maior número de usuários possível sobre os serviços de atendimentos oferecidos.

6.2. Meta 4B – Atualização do CNARH com a inserção das novas portarias de outorga da UGRH

No ano de 2015 foram publicadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD um total de 191 portarias de outorgas concernente a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

Os sistemas (www.semاد.mg.gov.br e www.siam.mg.gov.br) nos quais se obtém as informações necessárias para o preenchimento do cadastro de usuário não tem dados suficientes para realização do mesmo, consequentemente, obrigando-nos a entrar em contato com o usuário, seja por telefone ou e-mail, que em sua maioria, são tentativas malsucedidas.

Ainda há de ressaltar que algumas portarias de outorgas deferidas no ano de 2015 não puderam ser cadastradas por limitação no nível de acesso que o IBIO – AGB Doce possui no sistema CNARH. Não tivemos nível de acesso suficiente no CNARH para cadastrarmos nos pontos de interferência para os empreendimentos já existentes no CNARH. Quando o próprio IBIO – AGB Doce cadastra o empreendimento responsável pela captação/lançamento, temos acesso ilimitado ao sistema para cadastrarmos todos os pontos de interferências outorgados pelo IGAM. Porém quando o ponto de interferência outorgado é de empreendimento previamente cadastrado no sistema, não tivemos acesso suficiente para inserirmos as novas outorgas. A situação foi devidamente comunicada ao IGAM e juntos encontraremos uma forma de viabilizarmos tais cadastros. Na Tabela 24 abaixo estão listadas todas as outorgas emitidas pelo IGAM para o ano de 2015 na Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio e inseridas no CNARH. Na Tabela 25 estão a listagem das outorgas, que por algum motivo detalhado na própria tabela, não puderam ser inseridas no CNARH. Especificamente no caso de outorgas de grande poder, nos foram repassadas orientações por parte do IGAM para que não fizéssemos a inserção de tais outorgas no CNARH.

Tabela 24 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2015 inseridas no CNARH.

PORTARIA	PUBLIC.	CNPJ	EMPREENHIMENTO
00210/2015	06/03/2015	02.749.520/0001-27	DPC Participações e Empreendimentos Ltda
00211/2015	06/03/2015	02.749.520/0001-27	DPC Participações e Empreendimentos Ltda
00212/2015	06/03/2015	022.749.520/0001-27	DPC Participações e Empreendimentos Ltda
00560/2015	22/05/2015	557.788.106-44	Antônio Marcos de Oliveira
00561/2015	22/05/2015	557.788.106-44	Antônio Marcos de Oliveira
00569/2015	22/05/2015	18.338.855/0001-92	Prefeitura Municipal de Tarumirim
00152/2009	22/01/2009	10.445.535/0002-00	Iguaçu Caaratinga Energia Ltda
00939/2015	28/07/2015	225.192.707-72	Ataídes Terra Lamis
00958/2015	28/07/2015	12.996.240/0001-77	LCA Desenvolvimento Imobiliário Ltda
00981/2015	28/07/2015	606.936.228-49	Sebastião Borges da Silva
01732/2015	29/10/2015	22.128.771/0001-00	Premoldados Mutum Ltda
01737/2015	29/10/2015	963.026.156-15	Maria Augusta Sales Neta
01742/2015	29/10/2015	034.525.547-08	Josimar Zuccon
01968/2015	20/11/2015	087.893.986-53	Jair Lino de Assis

Tabela 25 – Outorgas para a Bacia do Rio Caratinga em 2015 que não puderam ser inseridas no CNARH



Relatório de Gestão do Exercício de 2014 – Contrato de Gestão 001/IGAM/2011

PORTARIA	PUBLIC.	CNPJ	EMPREENHIMENTO
00567/2015	22/05/2015	42.278.796/0001-99	Celulose Nipo-Brasileira S/A - CENIBRA
00568/2015	22/05/2015	42.278.796/0001-99	Celulose Nipo-Brasileira S/A - CENIBRA
00588/2015	22/05/2015	24.13.038/0001-54	Cooperativa Agropecuária de Resplendor Ltda
00589/2015	22/05/2015	24.136.038/0001-54	Cooperativa Agropecuária de Resplendor Ltda
00590/2015	22/05/2015	24.136.038/0001-54	Cooperativa Agropecuária de Resplendor Ltda
01000/2015	29/07/2015	02.899.743/0001-70	Aterro e Desaterro Três Irmãos Ltda
01738/2015	29/10/2015	11.438.989/0002-17	Eliane Faria de Araújo Ferreira - ME
01743/2015	29/10/2015	86.368.057/0001-63	Auto Posto Pratiano Ltda



7. INDICADOR 5 – RECONHECIMENTO SOCIAL

7.1. Meta 5A – Reconhecimento Social

Aplicação de pesquisa anual sobre o desempenho da Entidade Delegatária/Equiparada no exercício de suas atribuições, aplicada junto ao Comitê, conforme metodologia a ser definida pelo IGAM em conjunto com a ANA e IEMA, tendo por foco:

- Cumprimento do Contrato de Gestão;
- Ações tomadas com vistas à implementação do PIRH-Doce e PARHs (com subsidio do “Relatório de Avaliação da execução das ações previstas no PIRH-Doce e PARHs”); e,
- Atuação como secretaria-executiva do Comitê

Na 5ª Reunião Extraordinária do CBH-Caratinga, realizada no dia 26 de novembro de 2015 em Caratinga/MG, constava como ponto de pauta a aplicação do questionário que tem o objetivo de aferir de forma periódica e objetiva o reconhecimento social da Entidade Equiparada (EE) pelo Comitê da Bacia que o indicou para exercer funções de Agência de Água. No **Anexo IV** está tabela com resultados apurados a partir dos questionários respondidos e no **Anexo V** está o questionário aplicado aos membros do Comitê.

Resultado: Questionário devidamente aplicado de forma presencial e respostas consolidadas em forma de relatório.



8. ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM MARIANA/MG

Notadamente, diante de uma situação de extrema relevância ambiental para a Bacia do Rio Doce e toda a sua biodiversidade, o CBH Doce, Comitês dos rios afluentes e o IBIO – AGB Doce, têm, desde o início dos acontecimentos do desastre ambiental decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos Fundão, da Mineradora Samarco, procedido à **intensa mobilização, suporte administrativo e técnico, além da busca e troca de informações com vários atores que atuam na Bacia do Rio Doce**, dentre eles: SAAE's, Usina Hidrelétrica de Baguari, SAMARCO, FIBRIA, CENIBRA e demais usuários, FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais, COPASA, SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de MG, FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente de MG, Defesa Civil/MG e ES, IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do ES, SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, ANA - Agência Nacional de Águas, IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas, prefeituras de Colatina/ES, Baixo Guandu/ES, Linhares/MG, Governador Valadares/MG, IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, CPRM - Serviço Geológico do Brasil, e sociedade civil organizada, os quais inclusive compõem o próprio CBH - Doce.

No mesmo sentido, o CBH Doce e demais comitês dos rios afluentes se pautaram e continuarão a se pautar no trabalho de coleta de dados e informações, de modo a disponibilizá-las aos próprios atores que se estendem e localizam por toda a bacia do Rio Doce, bem como para a população em geral, sempre em prol da realização das ações para minimizar os impactos da tragédia ambiental que estamos vivendo e atenuar o sofrimento da população diretamente atingida, por meio de boletins especiais em anexo e também por meio do site do CBH-Doce, no menu que encontram-se publicadas todas as informações:

<http://www.cbhdoce.org.br/categoria/informacoesrompimentodasbarragens/>.

Outra importante iniciativa do CBH Doce e IBIO AGB Doce para coleta de informações, e que estão servindo de base para o enfrentamento deste evento por parte de todos os atores acima qualificados, foi a criação de um grupo do aplicativo **whatsapp**, denominado **“Informações Doce”**, e que tem se mostrado uma eficiente ferramenta de gestão de informações em tempo real, servindo de exemplo para a criação de outros grupos de difusão de informações tais como **“Governança pelo Doce ES”** e **“Municípios Atingidos pela Lama”**, entre outros.

No dia 12 de novembro de 2015, ocorreu na cidade de Governador Valadares/MG, uma reunião do CTGEC - Grupo Técnico de Gestão de Eventos Críticos do CBH - Doce, organizado pelo IBIO - AGB Doce, a qual contou com a presença de vários representantes das entidades, empresas e órgãos acima citados, para definição de ações do CBH Doce, dentro das suas atribuições, diante do evento em questão.



Figura 8 – Reunião da CTGEC em novembro de 2015

No dia 21 de novembro de 2015, representante do CBH Doce e do IBIO – AGB Doce participaram de evento no estádio do América Esporte Clube em Belo Horizonte, quando receberam uma doação do Clube ao CBH Doce no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para elaboração de um plano de mobilização social na região afetada pela Lama.



Figura 9 – Doação do América Esporte Clube em Belo Horizonte

No dia 22 de novembro a CTGEC realiza visita a foz do rio Doce em Regência município de Linhares – ES, com a participação de representantes do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce para conhecer os impactos da lama e acompanhar as ações que estão sendo executadas na região.

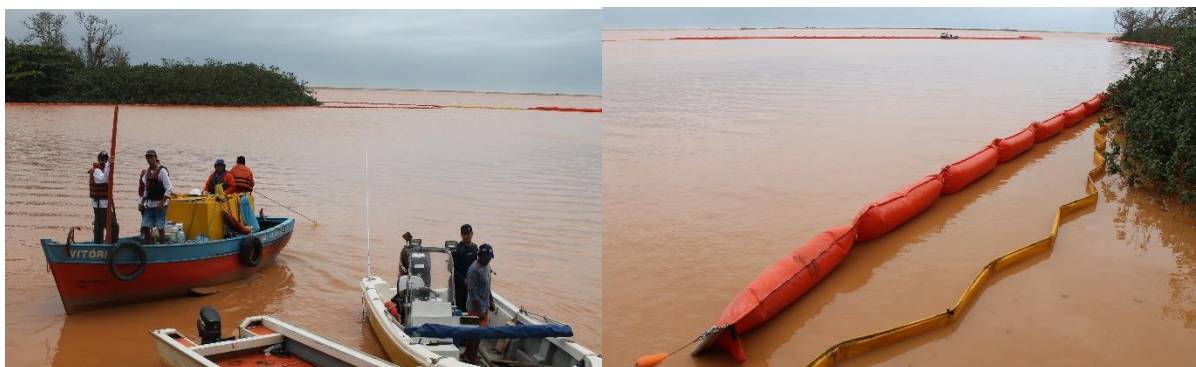


Figura 10 – Visita a Regência-ES

No dia 01 de dezembro de 2015, ocorreu em Governador Valadares, a 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce com a participação do Ministro Interino de Meio Ambiente, Diretor Presidente da Agência Nacional de Recursos Hídricos - ANA, Diretora Presidente do IBAMA, Procuradores da Advocacia Geral da União - AGU, Secretário de Estado da SEDRU-MG e a Prefeita de Governador Valadares, quando foi apresentado pelo IBAMA o Plano de Ações de Recuperação do Rio Doce, que serviu de base para a Ação Cível Conjunta - União e Estados - contra a Samarco.



Figura 11 - 25ª reunião plenária extraordinária do CBH Doce

A Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos - CTGEC, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, além das reuniões do colegiado, realizou também, reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG, no dia 3 de dezembro de 2015, em Belo Horizonte, quando foi apresentada a situação atual dos comitês, o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce - PIRH - e seus respectivos Planos de Ações para as Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos – PARH's, para os promotores do Ministério Público de Minas Gerais.



Figura 12 - reunião no Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG

Com o objetivo de conhecer de perto a situação dos municípios mais atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, localizada na região de Mariana, e de aliar, junto à comunidade e autoridades, as necessidades locais às ações de recuperação da bacia, representantes dos comitês de rios afluentes e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce realizaram, entre os dias 17 e 19 de dezembro, uma expedição. Nomeada **“Missão Mariana”**, a expedição foi marcada pela visita ao Distrito de Bento Rodrigues e às cidades de Barra Longa e Rio Doce, sendo finalizada na UHE Risoleta Neves - Candonga. O objetivo foi constatar a gravidade do que aconteceu e a necessidade de ações urgentes. Nesse contexto, o nosso **Plano Integrado de Recursos Hídricos - PIRH - Doce** - precisa ser o ponto de partida, combinado com as ações emergenciais que precisam ser realizadas após o desastre”. Este é o momento de “fortalecer os onze comitês, pois é de nossa inteira responsabilidade salvar os afluentes que contribuíram para recuperar o Rio Doce”.

Na noite do dia 17 de dezembro, uma reunião de alinhamento marcou o início das atividades da expedição. O objetivo foi alinhar, junto aos cerca de 40 participantes, como seria o andamento da **“Missão Mariana”**. O encontro foi voltado para esclarecimentos e orientações sobre as atividades. Foi falado das questões de segurança das áreas afetadas. “O desastre também afetou a economia da cidade de Mariana, pois caíram consideravelmente os investimentos na cidade” - manifestou Rogéria xxx, secretária executiva do CBH Piranga. “Nós, representantes do CBH-Doce e dos comitês de rios afluentes, não poderíamos deixar de sentir na pele a realidade da tragédia. Precisamos passar por essa experiência” - destacou Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu.



Figura 13 – Missão Mariana dia 01

O segundo dia da “**Missão Mariana**” foi marcado pelo encontro com autoridades e representantes da Associação de Moradores de Bento Rodrigues atingidos pelo rompimento da barragem.



Figura 14 - Missão Mariana dia 01

Ainda no segundo dia da expedição, os participantes conheceram de perto a situação do Distrito de Bento Rodrigues, região mais atingida pelo rompimento da barragem. A imagem do que restou da vila chocou os representantes dos comitês, que se mostraram solidários à situação dos moradores.



Figura 15 - Missão Mariana dia 02

O terceiro e último dia da “**Missão Mariana**” foi marcado pela visita aos municípios de Barra Longa, segunda região atingida pelo rejeito, e Rio Doce, local onde há o encontro dos rios Carmo e Piranga, formando o Rio Doce. Além disso, os participantes da expedição conheceram a UHE Risoleta Neves, primeira usina a receber a onda de lama, após o desastre. Ao final da expedição, os representantes dos comitês fizeram uma reflexão sobre o ocorrido e reafirmaram o compromisso na recuperação do Rio Doce.



Figura 16 - Missão Mariana dia 03

No dia 22 de dezembro, em Brasília, o presidente do CBH Doce e os demais presidentes dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, se reuniram com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. No encontro, foi apresentado um documento, de autoria dos presidentes dos CBH's, com os projetos propostos pelos comitês para a recuperação do Rio Doce, além dos resultados da “Missão Mariana”.

Outra iniciativa do CBH-Doce foi promover a reunião com prefeitos dos municípios impactados, em Governador Valadares. O encontro reuniu prefeitos e servidores municipais das cidades atingidas para definir ações conjuntas. O objetivo foi definir os próximos passos em relação às soluções para aos danos ambientais e socioeconômicos ocasionados.

O prefeito Leonardo Deptulski, presidente do CBH Doce, colocou em pauta as ações do Comitê em relação ao evento crítico. “O CBH Doce é um órgão estratégico na articulação dos setores para recuperação e preservação da bacia hidrográfica. Desde o primeiro momento, deliberamos sobre ações e apresentamos sugestões para a recuperação do Rio Doce. Nosso grande desafio é alinhar os questionamentos dos municípios afetados e ajudá-los na busca por respostas e soluções. Nosso intuito é criar um movimento forte para reverter a situação” - destacou.

A prefeita de Governador Valadares, o maior município afetado, Elisa Costa, na ocasião, relembrou o caos que se instalou na cidade e esclareceu todas as medidas tomadas pelo executivo e as exigências feitas à empresa Samarco para sanar os problemas gerados. O prefeito de Mariana, Duarte Junior, questionou a elaboração do levantamento de danos realizados por uma empresa contratada pela Samarco. De acordo com ele, o documento, construído sem a participação dos municípios afetados, pode não ser eficaz.

O atendimento às ações emergenciais, como a limpeza da área afetada e o abastecimento de água, foi avaliado e os gestores cobraram mais participação da mineradora nas iniciativas. Foram definidas a criação de um protocolo de intenções públicas e a elaboração de um relatório conjunto das prioridades elencadas por cada município para serem entregues ao Ministério Público de Minas Gerais, responsável por gerir o fundo criado para a recuperação do Rio Doce, além do relatório foi definida a elaboração de um manifesto dos prefeitos municipais, exigindo a participação dos municípios na discussão para a aplicação dos R\$ 20 bilhões cobrado da empresa Samarco.



Figura 17 - Força Tarefa de Minas Gerais

No período de 11 a 14 de janeiro de 2016 representantes do CBH Doce e do IBIO AGB Doce participaram de oficinas da Força Tarefa de Minas Gerais para a elaboração de relatório propositivo de ações para a recuperação dos impactos socioeconômico e ambiental da Bacia do Rio Doce.



No dia 21 de janeiro de 2016, representantes do CBH Doce e do IBIO – AGB Doce participaram de reunião da Força Tarefa Nacional, na sede do IBAMA, para discutir e elaborar Plano de Ações para a recuperação do Rio Doce, num horizonte de execução de 10 anos, por parte da SAMARCO e que deu base para a Ação Cível Conjunta, movida pela União e Estados contra a SAMARCO.

8.1. Proposição de Estratégias para Recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Segundo o Art. 6º, da Lei 9.433/97, Planos de Recursos Hídricos, são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos. O Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e os Planos de Ações para as Unidades de Gestão de Recursos Hídricos – PARH Doce foram aprovados pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na sua 11ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 14/07/2010, em Governador Valadares.

Também aprovaram o PIRH e os PARH os nove comitês de bacia hidrográfica de rios afluentes do Rio Doce, sendo, CBH Piranga, CBH Piracicaba, CBH Santo Antônio, CBH Suaçuí, CBH Caratinga, CBH Manhuaçu, CBH Guandu, CBH Santa Maria do Doce e CBH Pontões e Lagoas do Rio Doce. Os programas, subprogramas e projetos propostos para a bacia, no âmbito do PIRH e do PARH, foram orçados, considerando o período de 10 anos, proposto como horizonte para a estimativa de investimentos.

A partir da relação dos programas com as metas e da classificação das metas quanto a sua relevância e urgência, foi possível estabelecer a hierarquização e priorização dos programas, subprogramas e projetos do PIRH-Doce. A partir dos programas do PIRH foi instituído o Plano de Aplicação Plurianual – PAP Doce, instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água e de outras fontes em toda a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Com base neste instrumento, o IBIO-AGB Doce, Entidade Delegatária e Equiparada de funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, contrata os produtos e serviços necessários à execução de todos os programas priorizados. O IBIO-AGB Doce é considerado o “braço executivo dos comitês” e exerce, dentre outras, a função de secretaria executiva, implementando as decisões dos comitês de Bacia, em suas respectivas áreas de atuação, de acordo com as competências que lhe são designadas.

8.2. Programas do PIRH/PARH para Recuperação da Bacia do Rio Doce

Toda ação de recuperação ambiental que venha a ser definida para remediação dos impactos do rompimento da barragem da Samarco deve estar em consonância com o PIRH Doce e alinhadas com os comitês de Bacia.

P 11 - Programa de Saneamento da Bacia
P 12 - Programa de Controle de Atividades Geradoras de Sedimentos
P 13 - Programa de Apoio ao controle de efluentes em pequenas e micro empresas
P 21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica-
P 22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional da Água na Agricultura
P 23 - Programa de Redução de Perdas no Abastecimento Público de Água
P 24 - Implementação do Programa "Produtor de Água"
P 25 - Ações de convivência com a seca
P 25.a Estudos para avaliação dos efeitos das possíveis mudanças climáticas globais nas relações entre disponibilidades e demandas hídricas e proposição de medidas adaptativas
P 31 - Programa de Convivência com as Cheias
P 41 - Programa de Universalização do Saneamento
P 42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural
P 51 - Programa de Avaliação Ambiental para Definição de Áreas com Restrição de Uso
P 51.a Projeto Restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamentos hidrelétricos
P 52 - Programa de Recomposição de APP's e nascentes
P 52.a - Projeto de recuperação de lagoas assoreadas e degradadas
P 61 - Programa de Monitoramento e Acompanhamento da Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos
P 61.1 Sub-programa Cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia
P 61.2 Sub-programa Fortalecimento dos Comitês na Bacia segundo o arranjo institucional elaborado no âmbito do plano e objetivando a consolidação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos
P 61.3 Sub-programa Gestão das Águas subterrâneas
P 61.4 Sub-programa Revisão e Harmonização dos Critérios de Outorga
P 61.a Projeto Desenvolvimento de um Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce
P 61.b Estudos complementares para elaboração de proposta de enquadramento dos corpos d'água
P 61.c Projeto Diretrizes para a Gestão da Região do Delta do Rio Doce, assim como da região da Planície Costeira do Espírito Santo na bacia do Rio Doce
P 61.d Projeto - Consolidação de mecanismos de articulação e integração da fiscalização exercida pela ANA, IGAM e IEMA na bacia
P 61.e - Projeto Avaliação da aceitação da proposta de cobrança
P 62 - Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos
P 62.1 Sub-programa de levantamentos de dados para preenchimento de falhas ou lacunas de informações constatadas no Diagnóstico da Bacia
P 71 - Programa de Comunicação do Programa de Ações
P 72 - Programa de Educação Ambiental
P 73 - Programa de Treinamento e Capacitação

Legenda:

Hierarquia	Cor
1	
2	
3	
4	
5	

Figura 18 - Programas do PIRH priorizados



Apresentamos a seguir os Programas do PIRH/PARH prioritários e em execução nos afluentes da Bacia do Rio Doce e que deveriam receber aporte financeiro adicional, além dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, pois entendemos que nas ações de recuperação da calha do Rio Doce, afetada pela lama, os rios afluentes terão um papel muito importante, levando água limpa e vida nova:

Programas de Saneamento - P11: prevê a elaboração de projetos para sistemas de coleta e tratamento de esgotos domésticos dos núcleos populacionais da bacia. A execução deste programa está aguardando a conclusão dos Planos Municipais de Saneamento Básico, atualmente em elaboração na bacia. Para o período de 2016-2020 está previsto um montante de R\$ 11,2 milhões para elaboração de projetos.

Programa de Universalização do Saneamento - P41: prevê o apoio à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico; a elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água; a elaboração de projetos para sistemas de destinação final adequada de resíduos sólidos, aterros/unidades de triagem e compostagem; e, a elaboração de estudos de alternativas de drenagem urbana. No período de 2012 à 2015, foram contratados 156 PMSB, no total de R\$ 21,4 milhões. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 21,5 milhões, sendo R\$ 6,6 milhões para conclusão dos PMSB's e R\$ 14,9 para projetos de otimização de sistemas de abastecimento de água. Projetos que contemplem os componentes resíduos sólidos e drenagem não foram priorizados no PAP 2016-2020.

Programa de Expansão do Saneamento Rural - P42: prevê a implantação de sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto para população rural, com aproveitamento racional e disposição adequada dos resíduos coletados. Está previsto para iniciar em 2016, em conjunto com o Programa de Recomposição de APP's e Nascentes (P52) e com o Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos (P12). Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 16,9 milhões.

PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS

Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos - P12: prevê elaboração de diagnóstico específico, com mapeamento, identificação a campo, caracterização de processos erosivos e proposta de remediação de áreas degradadas geradoras de sedimentos, especialmente os relativos às estradas vicinais e caminhos de serviço das propriedades rurais. Está previsto para iniciar em 2016 em conjunto com o Programa de Recomposição de APP's e Nascentes (P52) e com o Programa de Expansão do Saneamento Rural (P42). Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 26,4 milhões.



Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica - P21: prevê o projeto, avaliação ambiental e de viabilidade de propostas de armazenamento, regularização e atendimento das demandas atuais e projetadas nas sub-bacias onde o balanço entre demanda atual e projetada e a oferta de água apresenta uma situação deficitária e que não pode ser corrigida com medidas não estruturais. Está previsto para iniciar em 2016. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 3 milhões.

Programa Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura - P22: prevê a identificação de áreas críticas relacionadas ao uso de água para irrigação, estabelecer estratégias para o aumento da eficiência do uso da água da irrigação. No período de 2012 a 2015, foram contempladas 240 propriedades rurais no total de R\$ 2,2 milhões. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 4,5 milhões.

Programa Produtor de Água - P24: levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para implantação do programa; elaboração de diagnóstico socioambiental das áreas com cálculo da valoração econômica do serviço ambiental a ser pago; levantamento detalhado das propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais que aderirem ao projeto; celebração dos contratos com definição de metas; implantação das ações de investimentos previstas, tais como, cercas, barraginhas, plantio de mudas; pagamento pelos serviços ambientais após verificação do cumprimento de metas; monitoramento dos resultados atingidos pelo programa na qualidade e quantidade da água. No período de 2012 a 2015, foi contemplada uma área piloto, sendo a bacia do Ribeirão Candidópolis, município de Itabira, Bacia do Rio Piracicaba, no total de R\$ 730 mil, para realização da primeira etapa do Programa, sendo o estudo para diagnóstico socioambiental, bem como bem como Cálculo de Valoração Econômica do Serviço Ambiental a Ser Pago aos Produtores Rurais. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 3 milhões para continuidade do P24 no Piracicaba e em uma nova área piloto, na Bacia do Rio Piranga.

Programa de Recomposição de APPs e Nascentes - P52: levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas de sub-bacias piloto. No período de 2012 a 2015, foi contratado a elaboração de Cadastro Ambiental Rural e projetos de plantio de espécies florestais para fins de conservação e/ou adoção de práticas rurais sustentáveis para 600 propriedades rurais, localizadas nas Unidades de Gestão de Recursos Hídricos dos rios Guandu, Santa Maria do Rio Doce e São José, no total de R\$ 946 mil. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 61,7 milhões.

PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS PROGRAMAS

Programa de Convivência com as Cheias - P31: contempla o levantamento de dados físicos; a aquisição de imagens satélite; a modelagem hidrológica; e a concepção de um conjunto de intervenções estruturais, tais como, barragens de controle de cheias, diques, canais de desvio, retificações, e não estruturais, tais como, sistema de alerta contra enchentes, articulação entre os



comitês de bacia e a Defesa Civil, diretrizes para planos diretores municipais, Planos Municipais de Saneamento Básico, planos de drenagem, na Bacia. No período de 2012 a 2015, houve a contratação de imagens de satélite de alta resolução, associada ao MDE para 26 municípios críticos no controle das cheias e mapa de uso e ocupação do solo de moderada resolução associado ao MDE, de toda a Bacia e de alta resolução para município com população acima de 50 mil habitantes, no valor total de R\$ 615 mil. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 4 milhões para continuidade das ações previstas para o programa.

Programa de Comunicação Social - P71: efetivação de um Plano de Comunicação Social para dar visibilidade às ações e conteúdos do PIRH/PARHs de forma a facilitar a comunicação entre os diversos atores do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos com a sociedade e criar um ambiente favorável ao atendimento das metas propostas. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2,5 milhões.

Programa de Educação Ambiental - P72: efetivação de um programa com produção de informações, estratégias e materiais diversos, coordenados com ações e projetos de educação ambiental em execução e voltados à preservação dos recursos hídricos da bacia. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2,5 milhões.

Programa de Treinamento e Capacitação - P73: efetivação de um programa para o nivelamento de informações e a capacitação para gestão dos recursos hídricos tendo como público alvo o conjunto de profissionais e técnicos relacionados com a gestão, acompanhamento e monitoramento da implementação do PIRH/PARHs Doce. Para o período de 2016-2020, está previsto um montante de R\$ 2 milhões.

Ao todo, estão previstos R\$ 175 milhões de reais para serem investidos no período de 2016-2020, porém, tais recursos são insuficientes para fazer frente aos problemas da Bacia, sendo necessário o aporte de recursos financeiros adicionais em complementação aos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água na Bacia do Rio Doce, para o fortalecimento das ações de recuperação dos afluentes e consequentemente a calha do Rio Doce, conforme tabela abaixo:



PAP – Doce - 2016/2020

METAS, PROGRAMAS E AÇÕES PRIORIZADOS	VALORES (Mil R\$)					
	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
PROGRAMAS DE SANEAMENTO	15.977	9.360	8.460	9.360	6.460	49.617
P11 - Programa de Saneamento da Bacia:	2.350	2.700	2.250	2.700	1.250	11.250
P41 - Programa de Universalização do Saneamento:	11.217	3.050	2.600	3.050	1.600	21.517
P42 - Programa de Expansão do Saneamento Rural	2.410	3.610	3.610	3.610	3.610	16.850
PROGRAMAS HIDRO AMBIENTAIS	15.410	23.000	22.000	21.500	21.700	103.610
P12 - Programa de Controle das Atividades Geradoras de Sedimentos	2.995	6.045	5.045	5.545	6.745	26.375
P21 - Programa de Incremento de Disponibilidade Hídrica	-	1.000	1.000	1.000	-	3.000
P22 - Programa de Incentivo ao Uso Racional de Água na Agricultura	900	900	900	900	900	4.500
P24 - Programa Produtor de Água	500	750	1.250	250	250	3.000
P52 - Programa de Recomposição de APPs e Nascentes	11.015	14.305	13.805	13.805	13.805	66.735
PROGRAMAS TRANSVERSAIS / OUTROS	5.120	5.700	5.200	3.200	2.400	21.620
Pesquisa quinquenal junto aos usuários sobre o atendimento dos objetivos da cobrança na bacia do rio Doce conforme indicador 3D do Contrato de Gestão	-	-	-	-	200	200
Apoio em situações contingenciais de acidentes ou episódios hidrológicos críticos na bacia	-	-	-	-	-	-
Atualização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – PIRH e Planos de Ações de Recursos Hídricos das Bacias Afluentes – PARHs	-	2.000	2.000	-	-	4.000
P31 - Programa de Convivência com as Cheias	1.000	1.000	1.000	1.000	-	4.000
P61.1 - Subprograma de cadastramento e manutenção do cadastro dos usuários de recursos hídricos da Bacia	1.920	500	-	-	-	2.420
P61.2 - Subprograma de fortalecimento dos comitês	800	800	800	800	800	4.000
P71 - Programa de Comunicação Social	500	500	500	500	500	2.500
P72 - Programa de Educação Ambiental	500	500	500	500	500	2.500
P73 - Programa de Treinamento e Capacitação	400	400	400	400	400	2.000
TOTAL	36.507	38.060	35.660	34.060	30.560	174.847

8.3. Plano de Disponibilidade de Água - PDA Doce

Considerando todo o contexto apresentado, o Instituto BioAtlântica apresenta uma proposta intitulada “Programa de Disponibilidade de Água - PDA Doce”, que trata de uma iniciativa multi-institucional para captar e direcionar a aplicação de recursos para a recuperação da disponibilidade de água na Bacia do Rio Doce. O PDA DOCE prevê aplicação em ações de recuperação de vegetação nativa, agricultura sustentável e uso racional da água, sempre em consonância com os Programas do PIRH/PARH e em articulação com os comitês de Bacia.

O PDA DOCE tem como objetivo dar racionalização ao processo de planejamento, validação e aplicação de recursos privados e públicos. Para tanto, a Bacia deve ter estruturas institucionais locais capazes de: priorizar ações e áreas críticas para a recuperação da disponibilidade de água em um território, com base nos Planos Diretores da Bacia; validar as decisões tomadas com base na priorização e planejamento territorial; captar recursos e fomentar linhas de fomento, públicos e

privados, de forma articulada; gerenciar a aplicação dos recursos, de maneira eficaz e eficiente, de acordo com a natureza de cada fonte financeira; e, monitorar resultados técnicos e financeiros.

Na bacia do Rio Doce, a modelagem de vulnerabilidade indicou áreas com alta e média sensibilidade, as quais totalizam 15 mil km² (17% da área total: 86,4 mil km²), representadas na Figura 19.

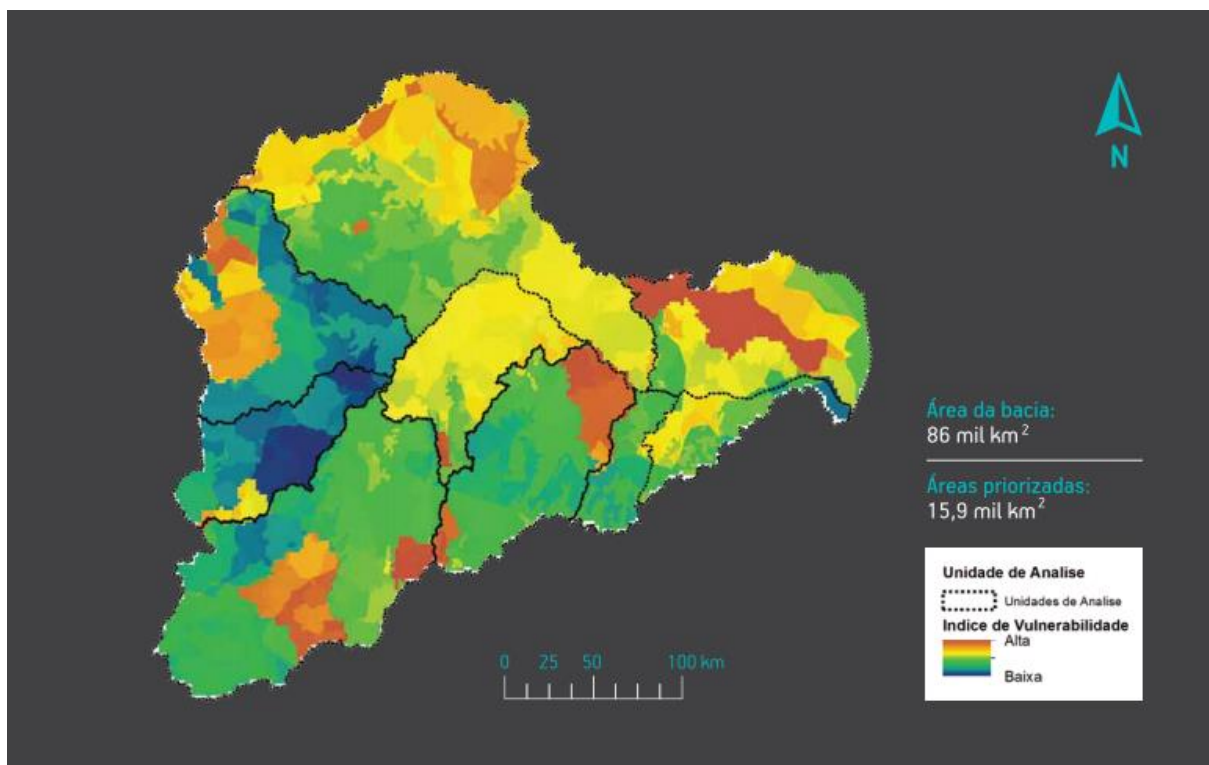


Figura 19 - Mapa de Vulnerabilidade

O diferencial do PDA DOCE deriva da capacidade do IBIO, como Agência de Bacias, para articular, captar e gerenciar recursos públicos e privado de forma integrada. Essa capacidade deve aumentar o poder de articulação dos Comitês de Bacias e favorecer a identificação de sinergias entre fontes distintas para aplicação em projetos integrados e, portanto, mais eficientes e de maior impacto.

O PDA Doce pode ser acessado no link:

https://docs.google.com/a/ibio.org.br/document/d/1bz9X0sQLitsIJFAJeEYXr31TtxPhyi6hfITTnhNI_VI/edit?usp=sharing_eid&ts=5677fb64

8.4. Ações específicas voltadas à mitigação do desastre do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana

8.4.1. Segurança Hídrica dos municípios atingidos pela lama

Considerando os programas do PIRH elencados acima, destacamos aqui o Programa de Universalização do Saneamento (P41), na vertente de elaboração de projetos para otimização de sistemas de abastecimento de água. Tal Programa, considerando o atual cenário de degradação e limitação imposta aos municípios que captavam água diretamente dos rios afetados, com destaque ao rio Doce, poderá, com o aporte de recursos adicionais, atender à demanda de projetos e estudos de concepção para elaboração de projeto de novo ponto de captação e nova Estação de Tratamento de Água, incluindo adutora de água bruta/tratada objetivando a segurança hídrica desses municípios. Apresentamos abaixo a relação dos municípios diretamente atingidos e que tiveram o abastecimento de água comprometido:

	Município	População IBGE (2010)	Tipo de Captação	Manancial Captação	Operador Sistema
	MG				
Montante 	Ipaba	16.708			COPASA
	Belo Oriente - Distrito de Perpetuo Socorro	8.823	Superficial	Rio Doce	Prefeitura
	Periquito - Distrito de Pedra Corrida	2.407	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Alpercata	7.172	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Governador Valadares	262.238	Superficial	Rio Doce	SAAE
	Tumiritinga	6.293	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Galiléia	6.951	Superficial	Rio Doce	Prefeitura
	Conselheiro Pena	22.242	Superficial	Rio Doce	Prefeitura
	Resplendor	17.089	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Itueta	5.830	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Itueta - Distrito de Quatituba	2.604	Superficial	Rio Doce	COPASA
	Aimorés - Distrito de Sto. Antônio do Rio Doce	1.513	Superficial	Rio Doce	SAAE
Jusante	ES				
	Baixo Guandu	29.081	Superficial	Rio Doce	SAAE
	Colatina	111.788	Superficial	Rio Doce	SANEAR
		500.739			



8.4.2. Estudos Estratégicos – Recursos Financeiros ANA/Contratação IBIO AGB Doce

Modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana

Justificativa: considerando os problemas relacionados à ruptura da barragem de rejeito de Fundão e os impactos atuais e futuros provocados, é premente o desenvolvimento de estudos de caracterização do problema visando a subsidiar a definição de ações de redução dos impactos. Para a realização dos estudos técnicos, serão necessários levantamentos de dados em campo e estudos técnicos específicos de modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem.

Objetivo Geral: contratação de empresa especializada em modelagem hidrológica, hidráulica, hidrossedimentológica e de ruptura de barragem para estudos na Bacia do Rio Doce e nos principais afluentes, considerando os impactos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, em Mariana.

Observação: os principais afluentes afetados pelo rompimento da barragem.

Objetivos específicos:

- caracterizar as condições geomorfológicas atuais pós-desastre
- avaliação das perspectivas futuras de recuperação
- avaliação do impacto provocado para os diferentes usos da água
- avaliação das alterações relacionadas aos riscos de inundações na região.

Macro Atividades Previstas: as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

planejamento das atividades
visita de reconhecimento de campo
levantamento de dados de campo e ensaios geotécnicos
modelagem hidrológica
modelagem hidráulica
modelagem de ruptura de barragem de Fundão
modelagem hidrossedimentológica
diagnóstico da situação atual
diretrizes de ações para mitigação dos impactos
prognóstico da situação futura

Custo total estimado: A estimativa do valor global dos estudos é da ordem de R\$ 4.000.000,00, com uma duração total de 450 dias.



Estudos para concepção de um sistema de previsão de eventos críticos (cheias e poluição ambiental) na Bacia do Rio Doce e de um sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres

Justificativa: o diagnóstico da Bacia do Doce sinaliza a necessidade de aprimoramento do sistema de previsão de eventos críticos, implementado pela ANA/IGAM/CPRM, com foco em cheias e poluição ambiental; e de um sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres. Essa necessidade ficou reforçada com os impactos na bacia causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Objetivo geral: contratação de consultoria especializada para realização de estudos de modelagem matemática quali-quantitativa no rio Doce e principais afluentes, além de estudos de concepção de um sistema de intervenções, visando dar subsídios às ações de prevenção e mitigação de impactos causados por eventos críticos e poluição ambiental na região.

Objetivos específicos:

- elaborar um sistema para simulação e previsão de eventos de cheia (incluindo modelos chuva-vazão, para previsão de vazões e propagação no canal e planície de inundação), rompimento de barragens e propagação de poluentes, já que na região existem importantes indústrias e mineradoras, com instalações suscetíveis a acidentes;
- conceber um sistema de intervenções estruturais destinados à mitigação do efeito das cheias na bacia.
- atualização e sistematização do levantamento das atividades potencialmente poluidoras e dos pontos vulneráveis na bacia.
- definir elementos preliminares para a confecção de um Plano de Contingência para Eventos Críticos na Bacia a ser futuramente montado e operacionalizado para esta bacia com a realização de outros estudos e programas.

Macro Atividades Previstas: as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

coleta de dados sobre a bacia e avaliação e consistência das informações hidrológicas e hidráulicas existentes;
sistematização das Informações sobre potenciais poluidores, pontos vulneráveis e barramentos existentes na bacia;
estudo e modelagem de cheias e sua propagação na bacia e geração dos mapas de inundação e do perfil da linha d'água ao longo dos rios simulados;
desenvolvimento de módulo para a previsão de vazões de curto prazo para a bacia;
realização de estudos de ruptura de barragens e de propagação de poluentes e de dimensionamento da rede de monitoramento de eventos críticos;
análise dos papéis e contribuição dos afluentes do rio Doce, identificação dos pontos críticos



para agravamento das cheias para caracterização do problema de cheias, das planícies de inundação e das vulnerabilidades a diferentes níveis de cheias;
concepção do sistema de intervenções estruturais para mitigação de cheias e enfrentamento de desastres e pré-dimensionamento hidráulico e estrutural de cada intervenção integrante do sistema.

Etapas e custo total estimado: o custo total estimado é de R\$ 6,3 milhões, tendo como base de referência para a estimativa a atualização dos custos praticados para a elaboração de estudo equivalente na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul.

	ETAPA	DURAÇÃO (DIAS)	PRAZO (DIAS)	VALOR (R\$) mil
1	Plano de trabalho	30	30	900,0
2	Sistema de previsão de eventos críticos (cheias e poluição ambiental)	360	390	1.800,0
3	Sistema de intervenções estruturais para mitigação de efeitos de cheias e enfrentamento de desastres	360	450	1.800,0
4	Relatório Final	90	540	1.800,0

Estudos de atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água – para a Bacia do Rio Doce, com foco na identificação de projetos existentes e detalhamento de soluções alternativas que visem conferir maior segurança hídrica aos sistemas de produção de água dos núcleos urbanos

Justificativa: as soluções propostas no Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água para a bacia do rio Doce foram definidas em 2010 e, portanto, demandam atualização em relação ao que foi executado, aos novos cenários de planejamento e aos conceitos de segurança hídrica desenvolvidos pela ANA desde essa data. Adicionalmente, o rompimento da barragem de Fundão evidenciou a necessidade de elaboração de estudos de alternativas ou projetos de engenharia para os núcleos urbanos situados na bacia a jusante do local do desastre, cujos sistemas públicos de abastecimento de água foram impactados ou tiveram sua fragilidade demonstrada em razão do evento.

Objetivo Geral: contratação de empresa especializada para a realização de estudos de atualização do ATLAS Brasil – Abastecimento Urbano de Água para a Bacia do Rio Doce, com foco na identificação de projetos existentes e detalhamento de soluções alternativas que visem conferir maior segurança hídrica aos sistemas de produção de água dos núcleos urbanos.

Objetivos específicos:

- inventariar as propostas de intervenções constantes em estudos de concepção, estudos de



alternativas, estudos de viabilidade, planos e projetos relacionados à implantação de infraestrutura hídrica para o abastecimento urbano;

- inventariar as obras que estejam em licitação, em andamento e sistemas em operação que possuam caráter estruturante e estratégico em termos de oferta de água;

- selecionar as intervenções que possuam caráter estruturante;

- analisar as propostas de intervenções selecionadas, verificando para cada uma delas: a aplicabilidade, as condições para contratação, a necessidade de estudos complementares e/ou atualização do planejamento existente, o atendimento a aspectos legais, ambientais e sociais, discriminando ações, prazos e custos para que as intervenções estejam aptas a serem realizadas. A análise da intervenção se dará, primordialmente, através de discussão com os órgãos proponentes;

- analisar as obras e sistemas selecionados, verificando para cada uma deles: os custos e os prazos remanescentes; o atendimento a aspectos legais, ambientais e sociais; a necessidade de arranjo institucional e regras de operação e manutenção; e a necessidade de obras complementares;

- realizar estudo integrado dos problemas de oferta de água, identificando possíveis lacunas de conhecimento mediante as quais poderão ser propostas novas alternativas de intervenções estruturantes, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica; e,

- detalhar cada proposta de intervenção selecionada, quer sejam as existentes, as novas alternativas de intervenções estruturantes, os estudos específicos ou as ações de gestão, indicando os próximos passos, prazos e custos para que a intervenção seja realizada.

Aspectos Conceituais e Metodológicos: no que se refere à garantia hídrica para o abastecimento das cidades, o Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água (ANA, 2010) apresenta um panorama da situação da oferta de água em todos os 5.565 municípios do país. De acordo com os resultados do Atlas Brasil, para a Bacia do Doce seriam necessários R\$ 218,5 milhões de investimentos no aproveitamento de novos mananciais e na ampliação da infraestrutura hídrica existente até 2015 para a garantia do abastecimento dos municípios da Bacia.



Figura 20 - Esquema de sistema integrado de produção de água

Diante da evolução dos conceitos de segurança hídrica e vulnerabilidade dos sistemas de produção de água, esses dados precisam de atualização e revisão.

Macro Atividades Previstas: as seguintes macroatividades deverão ser consideradas:

- inventário e análise, para cada núcleo urbano, do acervo de estudos de concepção, estudos de alternativas, estudos de viabilidade, planos, projetos, obras em licitação, obras em andamento e sistemas de produção de água;
- estudo integrado da vulnerabilidade da oferta de água, considerando o cenário atual e de demandas futuras, para a validação das propostas existentes e identificação de possíveis lacunas de conhecimento mediante as quais poderão ser propostas novas alternativas de intervenções estruturantes, estudos específicos ou ações de gestão de recursos hídricos e de infraestrutura hídrica; e,
- detalhamento das propostas de intervenção, com foco na segurança hídrica dos sistemas de produção de água, com indicação das etapas necessárias (estudos, projetos de engenharia e obras) e dos respectivos prazos e custos associados.

Etapas e custo total estimado: o custo total estimado é de R\$ 675,6 mil, tendo como base de referência a atualização dos custos praticados para a elaboração do Atlas Brasil – abastecimento urbano de água.

	ETAPA	DURAÇÃO (DIAS)	PRAZO (DIAS)	VALOR (R\$) mil
1	Plano de Trabalho	30	30	67,6
2	Inventário e análise	90	120	135,1



9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste quinto e último ano deste contrato de gestão podemos fazer um retrospecto e observar que os Comitês do Doce, o IBIO – AGB Doce, como Entidade Delegatária com Funções de Agência de Água, e Órgãos Gestores demonstram amadurecimento e aprendizado na gestão de recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Desde a criação do CBH Doce em 2002, e diversos outros CBH dos rios afluentes que também foram criados em períodos próximos, até a presente data, muitos desafios foram superados graças aos esforços dos diversos atores envolvidos. O empenho das partes envolvidas resultou em um processo de melhoria contínua pelo qual todos estão passando rumo a uma gestão que esteja cada vez mais eficiente e produtiva, atendendo às demandas ambientais e sociais de toda a bacia do Rio Doce.

Apesar de todas as dificuldades e incertezas que se apresentam, que são frutos de um processo inovador no país de cobrança pelo uso da água, nota-se um ambiente muito favorável onde todas as partes envolvidas reconhecem que há a necessidade de melhoria contínua e amadurecimento.

As reuniões de alinhamento ocorridas entre as Entidades Delegatárias e Órgãos Gestores em 2014 e 2015 representam marcos de evolução. A sensibilização das partes para a necessidade de alinhamentos, consensos de entendimentos e resolução de questões pontuais é fundamental para o processo evolução da gestão de bacias hidrográficas e do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos.

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da mineração da empresa Samarco, no município de Mariana, em Minas Gerais, representa um novo desafio para a gestão da bacia do Rio Doce. A forma como os problemas decorrentes deste desastre será mitigada e como a bacia irá se recompor dos problemas ambientais e sociais será um dos principais desafios para 2016. Os reais impactos do desastre a médio e longo prazo ainda estão sendo compreendidos, o que dará origem a um conjunto de medidas mitigatórias a serem tomadas pelos Comitês de Bacia Hidrográfica, Órgãos Gestores, Entidades Delegatárias das Funções de Agência de Água e demais instituições públicas e privadas envolvidas.

Governador Valadares, 05 de fevereiro de 2016.

Ricardo Alcântara Valory
Diretor Geral
IBIO – AGB Doce



ANEXOS



Anexo I

Relatório Anual de Mapeamento de Fontes de Recursos Disponíveis

(Volume à parte)



Anexo II

Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga

(Volume à parte)



Anexo III

Relatório de Avaliação da Execução das Ações Previstas no PIRH/PARH

(Volume à parte)



Anexo IV

Resultado da Aplicação de Questionários sobre Reconhecimento Social do IBIO – AGB Doce no ano de 2015



Anexo V

Questionário aplicado para Reconhecimento Social do IBIO – AGB Doce



Anexo VI

**Questionário aplicado aos usuários em cobrança pelo uso de recursos hídricos
da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**



Anexo VII

Relatório com a tabulação dos dados coletados representando todas as faixas de valores pagos

(Volume à parte)



Anexo VIII

**Relatório Conclusivo com análise descritiva dos dados estatísticos e
representações gráficas de cada variável em estudo**

(Volume à parte)